

Demonstrações Contábeis E Notas Explicativas

EXERCÍCIO 2025

INPI INSTITUTO
NACIONAL DA
PROPRIEDADE
INDUSTRIAL

Sumário

Declaração do Contador.....	3
Demonstrações Contábeis Consolidadas	4
Balanço Patrimonial	4
Demonstrações das Variações Patrimoniais	8
Balanço Orçamentário.....	10
Balanço Financeiro	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	16
Introdução	17
Coordenação de Contabilidade	17
Base de Preparação das Demonstrações e Práticas Contábeis.....	18
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	23
1. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL.....	23
NOTA 1. Caixa e Equivalentes de Caixa	23
NOTA 2. Demais Créditos e Valores - Curto Prazo	23
NOTA 3. Créditos a Curto Prazo - Financiamentos.....	25
NOTA 4. Dívida Ativa Não Tributária	26
NOTA 5. Demais Créditos e Valores - Longo Prazo	27
NOTA 6. Ajustes para perdas – Créditos a Longo Prazo.....	28
Nota 7. Ativo Imobilizado	29
NOTA 8. Ativo Intangível	32
NOTA 9. Obrigações Trabalhistas, Previsões e Assistência a Pagar a Curto Prazo	33
NOTA 10. Provisões de Curto Prazo	34
NOTA 11. Demais Obrigações a Curto Prazo.....	34
NOTA 12. Ajustes de Exercícios Anteriores	34
NOTA 13. Superávit Financeiro	37
NOTA 14. Obrigações Contratuais – Atos Potenciais Ativos e Passivos	388
2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	39
NOTA 15. Receita Orçamentária – Execução	39
NOTA 16. Despesa Orçamentária – Execução.....	41
NOTA 17. Execução de Restos a Pagar – (RP)	44
3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO.....	46
NOTA 18. Resultado Financeiro	46
4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	47

NOTA 19. Geração Líquida de Caixa	47
5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	48
NOTA 20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e Aumentativas (VPA)	48

Declaração do Contador

Denominação completa (UJ)		Código da UG	
INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL		30204	
<p>Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2025 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI.</p> <p>Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2025 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.</p> <p>As demonstrações contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas – encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei n.º 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta avaliação bens mov/imov/intang/outros (restrição 634): <p>Devido à inoperância do sistema de gerenciamento de bens móveis por anos, mesmo após a implantação do SIADS, o processo de inventário físico ainda não foi concluído e, com isso, a reavaliação programada não foi realizada;</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ O saldo contábil dos bens móveis não confere com o RMB (restrição 640): <p>Atualmente, com o inventário em andamento, sendo realizado pelo setor de patrimônio, embora ainda exista defasagem entre a conciliação contábil e patrimonial, algumas contas contábeis já apresentam saldo compatível com aquele apresentado pelo RMB, gerado através do SIADS.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta/Reg. Imcomp. Deprec, amort, ex- at. (restrição 642): <p>Devido à inoperância do sistema de gerenciamento de bens móveis em outubro de 2020, a emissão dos RMBs foi suspensa, culminando na suspensão dos registros contábeis de depreciação dos bens móveis; Mesmo após o retorno da emissão do RMB através do SIADS, como o inventário encontra-se em andamento, os registros de depreciação encontram-se incompletos/incorretos.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Rio de Janeiro - RJ	Data	06/02/2026.
Contador Responsável	PAULO JOSÉ LAGES BASTOS	CRC n.º	105824-O3 - RJ



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/01/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	3.543.093.731,08	2.974.214.568,20	PASSIVO CIRCULANTE	57.709.719,36	44.060.928,37
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	31.739.415,71	20.313.931,71
Créditos a Curto Prazo	25.130.849,00	18.632.379,20	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos de Transferências a Receber	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	92.156,16	-	Transferências Fiscais a Curto Prazo	-	-
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	92.156,16	-	Provisões a Curto Prazo	1.015.629,96	1.599.114,08
Demais Créditos e Valores	25.038.692,84	18.632.379,20	Demais Obrigações a Curto Prazo	24.954.673,69	22.147.882,58
Demais Créditos e Valores	25.705.225,71	19.228.671,97			
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	-666.532,87	-596.292,77			
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-			
Estoques a Curto Prazo	37.712,92	40.602,70			
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-			
VPDs Pagas Antecipadamente a Curto Prazo	-	-			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	209.684.882,61	135.710.810,65	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	135.182.692,32	66.958.288,39	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	135.182.692,32	66.958.288,39	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	16.954,54	12.682,25	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	16.954.537,00	15.852.896,85	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas de Dívida Ativa Não Tributária	-16.937.582,46	-15.840.214,60	Transferências Fiscais a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	135.165.737,78	66.540.665,76	Provisões a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	135.506.890,78	90.777.487,29	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo	-341.153,00	-24.236.821,53	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	57.709.719,36	44.060.928,37
Estoques a Longo Prazo	-	-			
Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Participações Permanentes	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Propriedades para Investimento	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Reservas de Lucros	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Demais Reservas	1.271.952,00	960.438,75
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Resultados Acumulados	3.693.796.942,33	3.064.904.011,73
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultado do Exercício	626.146.949,52	418.664.493,25
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	3.064.904.011,73	2.646.425.267,35
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.745.981,08	-185.748,87
Imobilizado	59.791.028,75	57.716.719,72	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Móveis	28.134.337,94	26.005.517,78	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.695.068.894,33	3.065.864.450,48
Bens Móveis	34.368.942,99	36.171.964,50			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-6.234.605,05	-10.166.446,72			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/01/2026 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVIÇO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	31.656.690,81	31.711.201,94			
Bens Imóveis	31.794.000,00	31.794.000,00			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-137.309,19	-82.798,06			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	14.711.161,54	11.035.802,54			
Softwares	14.711.161,54	11.035.802,54			
Softwares	17.693.611,63	13.684.809,43			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-2.982.450,09	-2.649.006,89			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Patrimônio Cultural	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Patrimônio Cultural	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	3.752.778.613,69	3.109.925.378,85	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.752.778.613,69	3.109.925.378,85

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30	PASSIVO FINANCEIRO	65.949.918,08	56.940.828,56
ATIVO PERMANENTE	234.853.444,53	154.383.792,55	PASSIVO PERMANENTE	3.348.010,98	1.599.114,08
			SALDO PATRIMONIAL	3.683.480.684,63	3.051.385.436,21

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.695.759,63	2.751.227,98	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	94.664.418,92	97.701.949,54
Atos Potenciais Ativos	3.695.759,63	2.751.227,98	Atos Potenciais Passivos	94.664.418,92	97.701.949,54
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.693.276,63	2.751.227,98	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.499.568,99	1.990.000,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/01/2026 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
Direitos Contratuais	2.483,00	-	Obrigações Contratuais	93.164.849,93	95.711.949,54
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	3.695.759,63	2.751.227,98	TOTAL	94.664.418,92	97.701.949,54

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Não Vinculados	-4.344.993,26
Recursos Vinculados	3.456.320.244,34
Previdência Social (RPPS)	-863.976,54
Fundos, Órgãos e Programas	3.457.184.220,88
TOTAL	3.451.975.251,08



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	1.786.554.988,86	1.380.448.927,75
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	142,00
Impostos	-	-
Taxas	-	142,00
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	622.696.738,88	533.725.786,35
Venda de Mercadorias	5.159.751,42	2.540.600,01
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	617.536.987,46	531.185.186,34
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	331.125.297,81	277.971.545,97
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	77.408.373,51	2.603.023,29
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	253.716.924,30	275.368.427,68
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	95,00
Transferências e Delegações Recebidas	801.477.380,00	562.418.840,08
Transferências Intragovernamentais	801.477.380,00	562.418.840,08
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	-	-
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	3.461.715,57	1.143.973,29
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.455.617,57	1.143.973,29
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.098,00	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27.793.856,60	5.188.640,06
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Subvenções Econômicas	-	-
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	23.895.668,53	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.898.188,07	5.188.640,06
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.160.408.039,34	961.784.434,50
Pessoal e Encargos	299.004.556,65	240.794.310,23
Remuneração a Pessoal	236.128.070,63	189.941.307,57
Encargos Patronais	49.472.743,74	38.511.469,38
Benefícios a Pessoal	12.275.673,94	11.290.843,47
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	1.128.068,34	1.050.689,81
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	126.592.956,99	110.250.970,71
Aposentadorias e Reformas	104.979.103,30	90.778.292,98
Pensões	18.613.929,72	16.782.738,94
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.999.923,97	2.689.938,79
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	59.548.045,42	51.081.120,81
Uso de Material de Consumo	191.703,49	27.739,74
Serviços	58.405.571,19	50.436.784,34
Depreciação, Amortização e Exaustão	950.770,74	616.596,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	107.511,30	1.735,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	107.511,30	1.413,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	322,00
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	633.983.486,69	543.306.735,79
Transferências Intragovernamentais	633.423.423,74	543.274.606,34
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	1.650,00	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	558.412,95	32.129,45
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	31.403.529,52	7.471.420,70
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	1.479.121,21	4.688.211,17
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	1.687.105,78	85.135,12
Incorporação de Passivos	-	13.254,88



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2025	2024
Desincorporação de Ativos	28.237.302,53	2.684.819,53
Tributárias	8.938.447,91	8.605.081,14
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	194.706,18	541.296,45
Contribuições	8.743.741,73	8.063.784,69
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	829.504,86	273.060,12
Premiações	-	115.749,22
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	110.299,99	149.012,40
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	719.204,87	8.298,50
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	626.146.949,52	418.664.493,25

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2025	2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/01/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	872.645.660,00	872.645.660,00	883.711.356,16	11.065.696,16
 Receita Tributária	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
 Receita de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
 Receita Patrimonial	305.155.707,00	305.155.707,00	251.024.359,48	-54.131.347,52
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	15.851,00	15.851,00	-30.054,30	-45.905,30
Valores Mobiliários	305.139.856,00	305.139.856,00	251.054.150,15	-54.085.705,85
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	263,63	263,63
 Receita Agropecuária	-	-	-	-
 Receita Industrial	-	-	-	-
 Receita de Serviços	560.488.812,00	560.488.812,00	622.739.814,27	62.251.002,27
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	560.488.812,00	560.488.812,00	622.739.814,27	62.251.002,27
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
 Transferências Correntes	-	-	-	-
 Outras Receitas Correntes	7.001.141,00	7.001.141,00	9.947.182,41	2.946.041,41
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	67.727,00	67.727,00	229.508,91	161.781,91
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	6.933.414,00	6.933.414,00	9.652.032,96	2.718.618,96
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	65.640,54	65.640,54
RECEITAS DE CAPITAL	48.568,00	48.568,00	66.757,51	18.189,51
 Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
 Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
 Amortizações de Empréstimos	48.568,00	48.568,00	66.757,51	18.189,51
 Transferências de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/01/2026 PAGINA 2

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS	872.694.228,00	872.694.228,00	883.778.113,67	11.083.885,67
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	872.694.228,00	872.694.228,00	883.778.113,67	11.083.885,67
TOTAL	872.694.228,00	872.694.228,00	883.778.113,67	11.083.885,67
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	65.079.190,00	-	-65.079.190,00
Superávit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	65.079.190,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	431.175.644,00	495.767.567,00	493.580.742,30	485.618.000,05	436.849.615,31	2.186.824,70
Pessoal e Encargos Sociais	338.655.497,00	412.979.687,00	411.951.671,52	409.659.753,64	363.086.995,09	1.028.015,48
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	92.520.147,00	82.787.880,00	81.629.070,78	75.958.246,41	73.762.620,22	1.158.809,22
DESPESAS DE CAPITAL	6.621.038,00	7.108.305,00	6.759.413,06	3.599.510,55	3.489.200,80	348.891,94
Investimentos	6.621.038,00	7.108.305,00	6.759.413,06	3.599.510,55	3.489.200,80	348.891,94
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	516.245.693,00	516.245.693,00	-	-	-	516.245.693,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS	954.042.375,00	1.019.121.565,00	500.340.155,36	489.217.510,60	440.338.816,11	518.781.409,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	954.042.375,00	1.019.121.565,00	500.340.155,36	489.217.510,60	440.338.816,11	518.781.409,64
SUPERÁVIT			383.437.958,31			-383.437.958,31



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 29/01/2026 PAGINA 3

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
TOTAL	954.042.375,00	1.019.121.565,00	883.778.113,67	489.217.510,60	440.338.816,11	135.343.451,33

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	641.136,92	9.955.631,64	8.290.722,76	8.290.646,38	1.840.480,86	465.641,32
Pessoal e Encargos Sociais	-	175.365,48	123.834,55	123.834,55	51.530,93	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	641.136,92	9.780.266,16	8.166.888,21	8.166.811,83	1.788.949,93	465.641,32
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.882.245,71	3.811.028,27	3.811.028,27	71.217,44	-0,00
Investimentos	-	3.882.245,71	3.811.028,27	3.811.028,27	71.217,44	-0,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	641.136,92	13.837.877,35	12.101.751,03	12.101.674,65	1.911.698,30	465.641,32

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.604,15	33.731.882,08	33.727.435,35	-	7.050,88
Pessoal e Encargos Sociais	-	31.902.038,07	31.902.038,07	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.604,15	1.829.844,01	1.825.397,28	-	7.050,88
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.468,70	3.468,70	-	-
Investimentos	-	3.468,70	3.468,70	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	2.604,15	33.735.350,78	33.730.904,05	-	7.050,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 29/01/2026	PÁGINA 1
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ORGAO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2025	2024	ESPECIFICAÇÃO	2025	2024
Receitas Orçamentárias	883.778.113,67	817.428.107,57	Despesas Orçamentárias	500.340.155,36	419.743.239,03
Recursos Não Vinculados	-	-	Recursos Não Vinculados	82.176.402,04	11.566.036,29
Recursos Vinculados	887.374.462,20	821.548.429,59	Recursos Vinculados	418.163.753,32	408.177.202,74
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	91.186.265,46	-
Fundos, Órgãos e Programas	887.369.004,04	821.548.429,59	Fundos, Órgãos e Programas	326.977.487,86	408.177.202,74
Recursos Não Classificados	5.458,16	-			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-3.596.348,53	-4.120.322,02			
Transferências Financeiras Recebidas	801.477.380,00	562.418.840,08	Transferências Financeiras Concedidas	633.419.521,37	543.274.606,34
Resultantes da Execução Orçamentária	171.364.872,02	12.067.093,37	Resultantes da Execução Orçamentária	2.745.840,10	1.222.259,13
Repasse Recebido	171.364.872,02	12.067.093,37	Repasse Concedido	2.745.840,10	1.222.259,13
Independentes da Execução Orçamentária	630.112.507,98	550.351.746,71	Independentes da Execução Orçamentária	630.673.681,27	542.052.347,21
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	4.390,69	2.784,85	Movimento de Saldos Patrimoniais	630.673.681,27	542.052.347,21
Movimentação de Saldos Patrimoniais	630.108.117,29	550.348.961,86	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	69.632.664,26	60.689.808,03	Pagamentos Extraorçamentários	58.744.898,34	52.768.713,10
Inscrição de Restos a Pagar Processados	48.878.694,49	33.717.217,17	Pagamento de Restos a Pagar Processados	33.730.904,05	32.241.709,41
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	11.122.644,76	13.837.877,35	Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	12.101.674,65	15.219.985,08
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	9.552.675,97	13.114.473,72	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	12.805.308,70	4.936.558,03
Outros Recebimentos Extraorçamentários	78.649,04	20.239,79	Outros Pagamentos Extraorçamentários	107.010,94	370.460,58
Restituições a Pagar	4.660,00	6.098,00	Demais Pagamentos	107.010,94	370.460,58
Arrecadação de Outra Unidade	73.989,04	14.141,79			
Saldo do Exercício Anterior	2.955.541.586,30	2.530.791.389,09	Saldo para o Exercício Seguinte	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.955.541.586,30	2.530.791.389,09	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30
TOTAL	4.710.429.744,23	3.971.328.144,77	TOTAL	4.710.429.744,23	3.971.328.144,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 29/01/2026	PÁGINA 1
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVIÇO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	569.620.523,12	436.174.855,52
INGRESSOS OPERACIONAIS	1.694.820.061,17	1.392.934.100,57
Receita Tributária	-	99,40
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	251.024.359,48	20.279,07
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	622.739.814,27	533.705.280,28
Remuneração das Disponibilidades	-	276.101.634,84
Outras Receitas Derivadas e Originárias	9.947.182,41	7.553.253,39
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais Recebidas	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais Recebidas	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	811.108.705,01	575.553.553,59
Ingressos Extraorçamentários	9.552.675,97	13.114.473,72
Restituições a Pagar	4.660,00	6.098,00
Transferências Financeiras Recebidas	801.477.380,00	562.418.840,08
Arrecadação de Outra Unidade	73.989,04	14.141,79
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-1.125.199.538,05	-956.759.245,05
Pessoal e Demais Despesas	-430.132.012,66	-364.009.278,60
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-54.763,96	-139.093,05
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-123.558.166,35	-107.167.004,41
Saúde	-1.761,54	-15.472,04
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSÃO 29/01/2026	PÁGINA 2
-----------------------	-------------

SUBTÍTULO	30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA
-----------	--

ÓRGÃO SUPERIOR	28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVIÇO
----------------	---

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2025	2024
Indústria	-306.515.282,16	-256.687.709,10
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-2.038,65	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-48.735.684,38	-44.168.341,50
Intergovernamentais Concedidas	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais Concedidas	-48.734.034,38	-44.168.341,50
Outras Transferências Concedidas	-1.650,00	-
Outros Desembolsos Operacionais	-646.331.841,01	-548.581.624,95
Dispêndios Extraorçamentários	-12.805.308,70	-4.936.558,03
Transferências Financeiras Concedidas	-633.419.521,37	-543.274.606,34
Demais Pagamentos	-107.010,94	-370.460,58
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-7.236.940,26	-11.424.658,31
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	66.757,51	47.560,59
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	66.757,51	47.560,59
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-7.303.697,77	-11.472.218,90
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.319.402,01	-10.498.499,72
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-3.984.295,76	-973.719,18
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS DE FINANCIAMENTO	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	562.383.582,86	424.750.197,21
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.955.541.586,30	2.530.791.389,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2025 PERÍODO DEZ(Encerrado)

TÍTULO DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 02/02/2026 PAGINA 1

SUBTÍTULO 30204 - INSTITUTO NAC. DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINIS.DO DESENV.,INDÚSTRIA,COMERCIO E SERVICO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2024	-	-	-	-	1.583.465,25	2.646.113.754,10	-	-	2.647.697.219,35
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-311.513,25	-185.748,87	-	-	-497.262,12
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-311.513,25	311.513,25	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	418.664.493,25	-	-	418.664.493,25
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2024	-	-	-	-	960.438,75	3.064.904.011,73	-	-	3.065.864.450,48

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Ações / Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2025	-	-	-	-	960.438,75	3.064.904.011,73	-	-	3.065.864.450,48
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	2.739.849,52	-	-	2.739.849,52
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	6.131,56	-	-	6.131,56
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	626.146.949,52	-	-	626.146.949,52
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	311.513,25	-	-	-	311.513,25
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2025	-	-	-	-	1.271.952,00	3.693.796.942,33	-	-	3.695.068.894,33

Introdução

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI, criado pela Lei n.º 5.648, de 11 de dezembro de 1970, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

A missão do INPI é impulsionar a inovação por meio da proteção da propriedade industrial.

Entre os serviços do Instituto, estão os registros de marcas, desenhos industriais, indicações geográficas, programas de computador e topografias de circuitos integrados, as concessões de patentes e as averbações de contratos de franquia e das distintas modalidades de transferência de tecnologia. Na economia do conhecimento, estes direitos se transformam em diferenciais competitivos, estimulando o surgimento constante de novas identidades e soluções técnicas.

A atual estrutura regimental do INPI foi estabelecida pelo Decreto n.º 11.207, de 26 de setembro de 2022, com última alteração estabelecida por meio do Decreto n.º 12.803, de 26 de dezembro de 2025. Além da cidade do Rio de Janeiro, a autarquia está presente em doze pontos do país. Considerando a Portaria INPI/PR n.º 17, de 09 de junho de 2025, a atual estrutura do Instituto nos estados é a seguinte:

Duas Coordenações de Relações Institucionais (COINS):

- São Paulo (COINS/SP);
- Brasília (COINS/DF).

Quatro Escritórios de Difusão Regional (EDIR):

- Pernambuco (EDIR/PE);
- Belo Horizonte (EDIR/MG);
- Goiânia (EDIR/GO); e
- Porto Alegre (EDIR/RS).

Seis Seções de Difusão Regional (SEDIR):

- Ceará, Paraíba e Bahia, subordinadas ao EDIR/PE;
- Espírito Santo, subordinada ao EDIR/MG;
- Paraná e Santa Catarina, subordinadas ao EDIR/RS.

Coordenação de Contabilidade

A Coordenação de Contabilidade (COCTB) compõe a estrutura da Coordenação-Geral de Orçamento e Finanças (CGOF), subordinada à Diretoria de Administração (DIRAD) do INPI, e é formada por uma equipe de quatro servidores:

- Bruna da Costa Paula, Analista de Planejamento;
- Luciana Santos Santiago, Analista em Ciência e Tecnologia;
- Paulo José Lages Bastos, Analista de Planejamento;
- Rafael Brandão Medina, Analista de Planejamento.

A COCTB possui como principais atribuições: efetuar registros contábeis, preparar a conciliação entre os saldos das contas e registros extra-contábeis, realizar a análise das contas e dos demonstrativos contábeis, efetuar o registro da conformidade contábil e garantir a fidedignidade e integridade dos dados relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial do INPI, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) elaboradas pelo INPI são:

- Balanço Patrimonial: evidencia o ativo (bens e direitos), passivo (obrigações) e o patrimônio líquido (compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos);
- Balanço Orçamentário: apresenta as receitas previstas e as despesas fixadas em confronto com as receitas realizadas e despesas executadas;
- Balanço Financeiro: demonstra o fluxo financeiro, confrontando as entradas de recursos com as saídas;
- Demonstração das Variações Patrimoniais: apura-se o resultado patrimonial, confrontando-se as variações patrimoniais aumentativas (receitas) com as variações patrimoniais diminutivas (despesas);
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido: divulga as variações do Patrimônio Líquido, bem como sua evolução no período.
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC): apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento; e
- Notas Explicativas.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas, observando as normas contábeis vigentes no Brasil, a saber: a Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964; a Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000; as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público – NBC TSP; o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, 11ª edição; e o Manual SIAFI.

Base de Preparação das Demonstrações e Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas apresentam informações extraídas dos registros de documentos lançados no SIAFI, considerando a execução orçamentária, financeira e patrimonial do INPI (Órgão – 30204), estando o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Balanço Financeiro, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido com base nos exercícios de 2024 e 2025.

Resumo dos principais critérios e políticas contábeis

A seguir, são apresentados os principais critérios e políticas contábeis empregados nas Demonstrações Contábeis no âmbito do INPI, tendo em consideração as opções e premissas do modelo da contabilidade aplicada ao setor público.

Ativo Circulante

Compreende as disponibilidades e os direitos realizáveis no curto prazo, ou seja, até o final do exercício social subsequente à data de encerramento do balanço.

Caixa e Equivalentes de Caixa: incluem a conta única, demais depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo: representam os direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com os adiantamentos concedidos a pessoal e demais créditos a receber, realizáveis a curto prazo. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original,

acrescidos das atualizações monetárias e juros, conforme a Macrofunção SIAFI 021138 – Diversos Responsáveis. Os créditos a receber são atualizados com base na variação da taxa Selic, realizados na plataforma de atualização de débitos do Tribunal de Contas da União, disponível no endereço <https://contas.tcu.gov.br/debito/Web/Debito/CalculoDeDebito.faces>. É estabelecido também ajuste para perdas, considerando-se a natureza, o prazo de vencimento e o histórico de recebimentos nas cobranças administrativas efetuadas.

Estoques: são compostos pelos materiais de consumo adquiridos para utilização nas diversas áreas do INPI. Na entrada, esses materiais são mensurados e avaliados pelo custo de aquisição ou produção e na saída, pelo custo médio ponderado.

Ativo Não Circulante

Ativo Realizável a Longo Prazo: corresponde aos direitos a receber a longo prazo principalmente com: (i) Dívida Ativa Não Tributária e (ii) Demais Créditos e Valores a Longo Prazo. Os valores são avaliados e mensurados pelo valor original e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações e correções monetárias, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. No INPI, a atualização monetária da Dívida Ativa Não Tributária inscrita no sistema SAPIENS/AGU é realizada trimestralmente conforme a IN/INPI/PR nº 110/2019 e orientações descritas na Macrofunção SIAFI 021122 – Dívida Ativa. Já a Dívida Ativa Não Tributária não inscrita no Sistema SAPIENS é atualizada mensalmente no SIAFI. Os Demais Créditos e Valores de Longo Prazo são atualizados anualmente, preferencialmente no mês de dezembro, conforme o item nº 2.3.9.1 da Macrofunção SIAFI 021138 – Diversos Responsáveis. Para esses ativos, são constituídos ajustes para perdas utilizando como metodologia a média do histórico de recebimentos nos últimos três exercícios, conforme prescrito na Macrofunção SIAFI 020342 – Ajuste para Perdas Estimadas.

Imobilizado: é constituído por bens móveis e imóveis. Sendo reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não são capazes de gerar tais benefícios, são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período. Os registros dos bens móveis são efetuados no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) sob a responsabilidade da área de patrimônio do INPI. Em relação aos bens imóveis, seus registros são realizados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial (SPIUnet), gerido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), e, por conseguinte, tendo seus saldos refletidos no sistema SIAFI.

Depreciação de bens móveis: a base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o seu custo de aquisição, compreendendo tanto os custos diretos como indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é das cotas constantes. A tabela de vida útil e valor residual, por conta contábil, empregada é a indicada no Manual SIAFI - 020330 – Depreciação, Amortização e Exaustão na Adm. Dir. União, Aut. e Fund. no INPI, o cálculo da depreciação de bens móveis não está sendo realizado desde outubro de 2020 devido a problemas técnicos no Sistema de

Controle Patrimonial INPI (SIGINPI) e em seguida em função de ser inutilizado pelo órgão. Atualmente, os registros de depreciação não estão sendo realizados no SIAFI porque o inventário de bens móveis no INPI ainda não foi concluído no SIADS.

Depreciação de bens imóveis: os registros da depreciação mensal dos bens imóveis, cadastrados no SPIUnet é realizado pela Coordenação Geral de Contabilidade da STN, sendo a SPU incumbida pela administração e manutenção do sistema. O método de cálculo da depreciação de bens imóveis utilizado é o da “Parábola de Kuentzle”, realizado mensalmente e automaticamente pelo SPIU-net sobre o valor depreciável da acessão. Para fins da depreciação, a vida útil é definida com base no laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

Intangível: contempla os bens incorpóreos (basicamente softwares) destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

Amortização: o prazo adotado para a amortização de softwares com vida útil definida, será o prazo da licença de uso contratual. O início da amortização dos softwares é a partir da data de seu recebimento/atesto informadas.

Passivo Circulante

Compreende as obrigações, inclusive os financiamentos para aquisição de direitos do Ativo Permanente, quando a sua liquidação ocorrer até o término do exercício seguinte. São mensuradas pelo custo histórico acrescido de atualizações monetárias, quando julgadas pertinentes. O Passivo Circulante apresenta a seguinte divisão: (i) obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais; (ii) provisões a curto prazo e (iii) adiantamentos de clientes e demais obrigações.

Ativos e Passivos Contingentes

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

Patrimônio Líquido

É constituído, basicamente, pelo resultado do exercício e pelos resultados e ajustes de exercícios anteriores.

Apuração do Resultado

No modelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP é possível a apuração dos seguintes resultados:

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potenciais de serviços fluirão para a entidade e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência. Já as VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos para a entidade, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo o regime de competência. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Orçamentário

No âmbito do INPI, o regime orçamentário é igual ao da União e segue o descrito no art. 35 da Lei Decreto nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias diretamente arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O Superávit/Déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Resultado Financeiro

Representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. Podendo ser evidenciado no Balanço Financeiro ou na Demonstração do Fluxo de Caixa, pela Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa.

Mudanças na apresentação dos registros contábeis

Ocorreu a adoção de duas Políticas Contábeis no exercício de 2025, em relação ao exercício de 2024: “Adiantamento de Auxílio-Alimentação”, “Auxílio-Transporte” e “Financiamentos Concedidos a Receber Longo Prazo”.

A partir do primeiro trimestre de 2025, precisamente no mês de março, os registros nas contas contábeis “Adiantamento de Auxílio-Alimentação” e “Auxílio-Transporte” passaram a ser realizados no momento da apropriação da folha de pagamento, conforme orientação da Setorial Contábil do Ministério da Gestão. Já as baixas nessas contas contábeis ocorrem no mês subsequente à apropriação da folha, tendo como contrapartidas as contas de VPDs (Auxílio-Alimentação e Auxílio-Transporte).

Foi realizada a transferência do saldo de Financiamentos Concedidos a Receber – exceto FAT de longo prazo para curto prazo no terceiro trimestre de 2025, segundo orientação fornecida pela Setorial Contábil do Ministério, devido à restrição imposta pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN) em utilizar a situação CRD136 (Baixa de Empréstimos e Financiamentos Concedidos (LP) após Recebimento por GRU – C/C 002).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO CIRCULANTE

NOTA 1. Caixa e Equivalentes de Caixa

O item Caixa e Equivalentes de Caixa, conforme explicitado pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), corresponde ao somatório de valores disponíveis em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrição para uso imediato.

O saldo registrado em Caixa e Equivalentes de Caixa foi de R\$ 3,51 bilhões, em 31 de dezembro de 2025, sendo representado em sua maior parte pela conta contábil “CTU - Recursos da Conta Única Aplicados” com um montante de R\$ 3,48 bilhões, o equivalente a 98,86% do saldo registrado.

No ano de 2025, ocorreu um acréscimo de 19,03% em Caixa e Equivalentes de Caixa, comparando-se ao exercício de 2024, resultante, especialmente, dos rendimentos dos valores aplicados na Conta Única do Tesouro.

Tabela 1 – Caixa e Equivalente de Caixa

Conta Contábil	Dez/2025 Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Dez/2024 Saldo - R\$ (Conta Contábil)	AH%	AV%
CTU - Recursos da Conta Única Aplicados	3.477.696.401,95	2.920.729.942,62	19,07%	98,86%
Demais Contas - Caixa Econômica Federal	835,15	416,46	100,54%	0,00%
Limite de Saque com Vinculação de pgto. - OFSS	7.069.120,70	4.131.750,56	71,09%	0,20%
Limite de Saque com Vinculação de pgto. - ordem pgto. - OFSS	28.288.386,01	22.512.100,67	25,66%	0,80%
Garantias	4.870.425,35	8.167.375,99	-40,37%	0,14%
Total	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30	19,03%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

NOTA 2. Demais Créditos e Valores - Curto Prazo

O subgrupo “Demais Créditos e Valores - Curto Prazo” é composto pelas contas contábeis a seguir.

Tabela 2 – Demais Créditos e Valores – Curto Prazo

Conta Contábil	Dez/2025	Dez/2024	AH%
	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
13º Salário - Adiantamento	2.919.338,83	1.967.754,86	48,36%
Adiantamento de Férias	2.202.414,63	1.785.259,89	23,37%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	133.485,32	237.387,95	-43,77%
Adiantamento Auxílio-alimentação	1.411.925,50	0,00	-
Adiantamento Auxílio-transporte	55.655,87	0,00	-
Créd. a Rec. Decor. de Infraç. Leg. e Contratuais	679.122,76	613.910,77	10,62%
Créd. a Rec. de Acerto Finan c/Servidor/Ex. Serv.	7.639.292,48	6.607.684,24	15,61%
Adiantamento - Termo Execução Descentralizada	3.484.891,00	3.597.190,00	-3,12%
Remuneração Recursos Aplic. na CTU a Receber	7.070.400,88	4.407.626,73	60,41%
Créd. a Rec. por Cessão de Pessoal - Estado	108.698,44	11.857,53	816,70%
Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo	(666.532,87)	(596.292,77)	11,78%
Total	25.038.692,84	18.632.379,20	34,38%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

Acerca das contas contábeis do subgrupo “Demais Créditos e Valores - Curto Prazo”, seguem os seguintes esclarecimentos.

“13.º Salário – Adiantamento”: os valores se referem ao adiantamento da primeira parcela do 13.º salário (gratificação natalina) que os servidores ativos solicitam no primeiro pagamento do ano, opção não estendida aos aposentados e pensionistas, que recebem apenas no pagamento de julho. Ocorreu uma variação de 48,36% em relação ao exercício de 2024 motivada principalmente pela entrada de novos servidores e de índice de reajuste aplicada às carreiras do INPI, pelo Governo Federal, no exercício de 2025.

“Adiantamento de Férias”: assim como ocorre com o registro contábil de adiantamento de 13.º salário, o adiantamento de férias é registrado inicialmente na folha de pessoal do mês de dezembro de cada ano e, no decorrer do exercício subsequente, nos meses em que há o pagamento desse benefício. Ocorreu uma variação de 23,37% em relação ao exercício de 2024, provocada pela demanda de pedidos por esse tipo de adiantamentos.

“Salários e Ordenados – Pagamento Antecipado”: nessa conta registra-se o adiantamento de pessoal referente à remuneração no período de férias, quando o servidor opta pelo adiantamento do salário do mês seguinte, recebendo o benefício no início do gozo das férias. A redução de 43,77% em relação ao exercício de 2024 ocorreu pela diminuição de pedidos por esse tipo de adiantamento.

“Adiantamento Auxílio-alimentação”: nessa conta registram-se os adiantamentos a pessoal decorrentes da concessão de auxílio-alimentação (o auxílio é concedido no mês anterior ao de competência). Por determinação da Setorial de Contabilidade do MGI/MDIC, a partir de março de 2025 o INPI passou a realizar o registro contábil desse adiantamento.

“Adiantamento Auxílio-transporte”: nessa conta registram-se os adiantamentos a pessoal decorrentes da concessão antecipada de auxílio-transporte (o auxílio é concedido no mês anterior ao de competência). Por determinação da Setorial de Contabilidade do MGI/MDIC, a partir de março de 2025 o INPI passou a realizar o registro contábil desse adiantamento.

“Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais”: Essa conta registra créditos a receber decorrentes de aplicações de multas em relação a descumprimento contratual por parte dos fornecedores e prestações de serviço junto ao INPI. No encerramento do exercício de 2025, o saldo é composto por 2 empresas com multas a serem quitadas. No exercício de 2025 ocorreram 2 pagamentos por compensação de créditos, 1 pagamento por GRU e 2 baixas para inscrição em

créditos em dívida ativa não tributária. A variação de 10,62% em relação ao exercício de 2025 é decorrente da atualização desses créditos.

“Créditos a Receber Decorrente de Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores”: no exercício de 2021, o TRF-2 determinou, em decisão judicial transitado em julgado, que 507 servidores ativos e inativos do INPI realizassem o ressarcimento ao erário de valores referentes ao índice de 45% outorgado aos militares e indevidamente percebido por essas pessoas. Parte dos servidores optou pelo desconto em folha. Do saldo de dezembro de 2025, destaque para o valor de R\$ 7,52 milhões, que se refere à previsão do total dos descontos em contracheque em favor do INPI que serão recolhidos durante o exercício de 2026. Esse valor, no encerramento do exercício de 2025, foi reclassificado do longo para o curto prazo. O restante do saldo, R\$ 116,63 mil, refere-se a parcelamentos administrativos, e teve valores reclassificados do longo para o curto prazo, compreendendo as parcelas vincendas do exercício de 2026. A variação de 15,61% é decorrente da transferência desses saldos do longo para o curto prazo.

“Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada”: é composto por valores repassados no exercício de 2024 (dez) e 2025, por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED). O valor de R\$ 3,48 milhões refere-se a 4 repasses referente a um Termo de Execução Descentralizada (TED) firmados com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBITC): um no valor de R\$ 1,00 milhão, repassado em dez/2024, que se encontra em fase de prestação de contas, e outros 3 no valor de R\$ 2,48 milhões, com duração até 2027.

“Remuneração de Recursos aplicados na CTU a receber”: o valor de R\$ 7,04 milhões refere-se a lançamentos realizados pela Coordenação Geral de Programação Financeira, da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão que detém o gerenciamento sobre todo o montante aplicado na Conta Única do Tesouro Nacional;

“Crédito a Receber por Cessão de Pessoal - Estado”: quantia a ser ressarcida ao INPI pela Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA – devido à cessão de um servidor ao órgão estadual;

“Ajustes para Perdas em Demais Créditos a Curto Prazo”: refere-se ao montante registrado como estimativa de perda da conta contábil “Créditos a Receber Decorrente de Infrações Legais e Contratuais – Curto Prazo”, por apresentar um saldo de R\$ 679,12 mil referente a 2 multas contratuais aplicadas pelo INPI.

NOTA 3. Créditos a Curto Prazo - Financiamentos

Os Créditos a Curto Prazo representam os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, transferências, empréstimos e financiamentos concedidos e outros valores realizáveis até doze meses após a data da publicação das demonstrações contábeis.

No contexto do INPI, esses créditos estão relacionados aos financiamentos concedidos aos servidores para a aquisição de imóveis, originários do Termo de Convênio celebrado entre o INPI e a Caixa Econômica Federal (CEF) em março de 1991, de acordo com as Leis n.º 8.011/1990, 8.057/1990 e 8.068/1990 e os Decretos n.º 99.209/1990, 99.665/1990, 99.266/1990 e 99.664/1990.

Os Créditos a Curto Prazo apresentaram o saldo de R\$ 92,16 mil em 2025, registrados na conta contábil “Financiamentos Concedidos a Receber – exceto FAT”. Na comparação com o término do exercício de 2024, o saldo apresentou um acréscimo de 100% em função da reclassificação do montante registrado na conta de Financiamentos Concedidos a Receber de longo prazo para a conta contábil “Financiamentos Concedidos a Receber – exceto FAT” em Créditos a Curto Prazo.

Essa reclassificação do saldo da conta de Financiamentos Concedidos a Receber – exceto FAT de longo prazo para curto prazo foi executada segundo orientação dada pela Setorial Contábil do Ministério, devido à restrição imposta pela Coordenação-Geral de Contabilidade da União da

Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN) em utilizar a situação CRD136 (Baixa de Empréstimos e Financiamentos Concedidos (LP) após Recebimento por GRU – C/C 002).

ATIVO NÃO CIRCULANTE

NOTA 4. Dívida Ativa Não Tributária

O item é composto por multas aplicadas pelo INPI às pessoas físicas e jurídicas por descumprimento contratual e por ressarcimentos de danos ao erário. O INPI não possui dívida ativa de natureza tributária.

O estoque da dívida ativa do INPI possui dois tipos de certidões: Não SAPIENS, que eram emitidas, até o exercício de 2019, pela Procuradoria Federal Especializada do INPI; e Certidões SAPIENS, que passaram a ser emitidas, a partir do exercício de 2020, pela Equipe Nacional de Cobrança (ENAC/AGU) no Sistema SAPIENS Dívida.

Os créditos inscritos, em dívida ativa não tributária são objeto de atualização monetária, juros e multas previstos em contratos e normativos legais. A multa de mora aplicada aos créditos inscritos em dívida ativa é de 20%, além disso é acrescido o valor dos encargos legais à taxa de 20%, conforme item 3.2.3 da Macrofunção SIAFI 021122 – DÍVIDA ATIVA. A atualização/juros é feita através da SELIC.

As certidões emitidas pela ENAC são atualizadas automaticamente pelo Sistema Sapiens Dívida, e as certidões emitidas pela PFE-INPI são atualizadas mensalmente.

Os encargos legais, que integram o valor da certidão de dívida ativa, são recursos destinados ao custeio das despesas de representação judicial e extrajudicial, que devem ser recolhidos à Advocacia Geral da União (item 3.2.6, da Macrofunção SIAFI 021122 – DÍVIDA ATIVA). Assim, os mesmos não são contabilizados pelo INPI e não compõem o ativo não circulante do INPI.

A composição da Dívida Ativa Não Tributária do INPI em dezembro de 2025 é apresentada abaixo:

Tabela 3 – Dívida Ativa Não Tributária 2025

Conta Contábil	Tipo de Certidão	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	AH%	AV%
		dez/25	dez/24		
Dívida Ativa não Tributária	Sapiens	3.151.616,43	3.003.603,53	4,93%	18,59%
	Não Sapiens	13.802.920,57	12.849.293,32	7,42%	81,49%
Total		16.954.537,00	15.852.896,85	6,95%	100,00%
(-) Ajuste para Perdas Dívida Ativa Não Tributária		16.937.582,46	15.840.214,60	6,93%	99,90%
(=) Dívida Ativa Não tributária após Ajuste de Perdas		16.954,54	12.682,25	33,69%	0,10%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

O estoque de dívida ativa não tributária do INPI em 2025 é composto de 45 certidões, sendo 26 emitidas pela Equipe Nacional de Cobrança - AGU (ENAC), no Sistema Sapiens Dívida e 19 emitidas pela PFE-INPI. As certidões não Sapiens representam, em termos monetários, 81,49% do estoque, contra 18,59% das certidões Sapiens.

Outro ponto relevante é a baixa conversibilidade (liquidez) desses ativos, fato que se reflete no percentual estimado de perda desses ativos, no patamar de 99,90%.

No exercício de 2025 ocorreu a emissão de 5 novas certidões de dívida ativa não tributária, e baixa de 8 certidões, sendo 6 por pagamento e 2 por prescrição do crédito

Segue abaixo, quando comparativo do saldo do estoque da dívida ativa em relação ao exercício de 2025.

Tabela 4 – Dívida Ativa Não Tributária 2024-2025

Conta Contábil	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		AH%
	Dez/2025	Dez/2024	
Dívida Ativa Não Tributária	16.954.537,00	15.852.896,85	6,95%
Total	16.954.537,00	15.852.896,85	6,95%
(-) Ajuste de Perdas Dívida Ativa Não Tributária	16.937.582,46	15.840.214,60	6,93%
Saldo Dívida Ativa Não Tributária Ajustado	16.954,54	12.682,25	33,69%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

Ocorreu um aumento de 33,69% em relação ao exercício de 2024 no saldo da dívida ativa não tributária após ajuste de perdas, ocasionado pela emissão de 5 novas certidões e das atualizações mensais das certidões registradas.

NOTA 5. Demais Créditos e Valores - Longo Prazo

O item “Demais Créditos e Valores - Longo Prazo” é composto por “Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos”, “Créditos a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores” e “Créditos a Receber Decorrentes de Infrações a Longo Prazo”, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores - Longo Prazo

Conta Contábil	Dez/25	Dez/2024	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
Créd. a Receber por Pagamentos Indevidos	0,00	23.739.582,94	-100,00%
Créd. a Rec. por Acerto Finan c/ Serv. e Ex-Serv. LP	135.159.837,94	66.531.242,76	103,15%
Créd. a Rec. Decorrente de Infrações - LP	347.052,84	506.661,59	-31,50%
(-) Ajuste para Perdas em Demais Créditos a LP	(341.153,00)	(24.236.821,53)	-
Total Demais Créditos e Valores	135.165.737,78	66.540.665,76	103,13%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

“Créditos a Receber por Pagamentos Indevidos”: O saldo de R\$ 23,74 milhões é referente a um débito solidário imputado pelo Tribunal de Contas da União. A redução de 100% em relação a dezembro de 2024 ocorreu em função da baixa intempestiva, em dezembro de 2025, por prescrição, conforme Acórdão Número 3006/2024 – TCU – 2ª Câmara. Ocorreu também a baixa referente ao ajuste de perdas.

“Créditos a Receber por Acerto Financeiro com Servidores e Ex-Servidores”: O maior valor desse saldo, no valor de 134,47 milhões é o montante relativo a créditos a receber em decorrência de decisão judicial transitado em julgado no TRF-2, que determinou o ressarcimento ao erário de valores referentes ao índice de 45% outorgado aos militares e indevidamente percebido por 507 servidores ativos e inativos do INPI e outros ressarcimentos de servidores. O aumento de 103,15% ocorreu em função de atualização anual realizada pela área de recursos humanos; que corrige os valores de acordo com os fatores contidos na Tabela de Correção Monetária da Justiça Federal (devedor não enquadrado como Fazenda Pública), disponível mensalmente no endereço virtual <https://sicom.cjf.jus.br/tabelaCorMor.php>, que tem por base o índice IPCA-E/IBGE, em consonância com a orientação contida no item "ii" da Orientação Judicial nº 00014/2022/DEPCONT/PGF/AGU; importante ressaltar que ocorreu em dezembro de 2025 a transferência de R\$ 7,53 milhões referente

a estimativa de parcelas vincendas no exercício de 2026. Os R\$ 692,53 mil restantes se referem a outros ressarcimentos de servidores e ex-servidores.

Créditos a Receber Decorrentes de Infrações - Longo Prazo: refere-se a multas contratuais aplicadas pela Administração, reclassificadas do curto para o longo prazo, segundo critérios previstos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), quando não quitadas pelas empresas devedoras. A redução de -31,50% ocorreu devido ao pagamento de um crédito no valor de R\$ 217,11 mil.

NOTA 6. Ajustes para perdas – Créditos a Longo Prazo

O Ajuste de Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo, em dezembro de 2025, é composto integralmente pelo saldo da conta Ajuste de Perdas em Créditos Administrativos, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 6 – Ajuste de Perdas em Créditos Administrativos

Conta Contábil	Dez/2025	Dez/2024	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
Ajuste para Perdas em Créditos Administrativos	341.153,00	497.238,59	-31,39%
Ajuste para Perdas de Créditos Apurados no TCE	0,00	23.739.582,94	-100,00%
(=) Total do Ajuste para Perdas em demais Créditos à LP	341.153,00	24.236.821,53	-98,59%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

“Ajuste de Perdas de Dívida Ativa não Tributária”: segundo o item 2.3.7, da Macrofunção SIAFI 021112 – DÍVIDA ATIVA, “a constituição de perda estimada para o recebimento de créditos inscritos em dívida ativa atende ao disposto na NBC T 16.10 – Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público, aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008 e às características qualitativas da informação contábil da relevância e da representação fidedigna, estabelecidas pela NBC TSP – Estrutura Conceitual, de 23 de setembro de 2016”.

A partir da metodologia baseada no histórico de recebimentos passados, conforme item 6.2 da Macrofunção SIAFI 020342 – AJUSTE DE PERDAS ESTIMADAS, no exercício de 2025, obteve-se o índice de perdas estimadas de 0,10, que aplicado ao Balanço Patrimonial do INPI representa uma expectativa de perda da ordem de 99,90% dos créditos inscritos em dívida ativa não tributária (conta 121110500). O aumento de 6,93% no ajuste perdas é proporcional ao aumento do saldo da dívida ativa não tributária.

“Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo Prazo”: o referido ajuste é composto por duas contas contábeis: “Ajuste de Perdas de Créditos Administrativos” e “Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em TCE”. Em ambas, utilizou-se a mesma metodologia de cálculo, histórico de recebimentos passados.

- Ajuste de Perdas de Créditos Administrativos: índice de 1,70, aplicado no balanço patrimonial de 2025 do INPI, o que em termos percentuais representa uma perda de aproximadamente 98,30% no recebimento da conta contábil “Créditos a Receber Decorrente de Infrações – Longo Prazo”.
- “Ajuste de Perdas de Créditos Apurados em Tomada de Contas Especial (TCE)”: Na referida conta encontram-se valores provenientes de direitos oriundos de danos ao patrimônio apurados em Tomada de Contas Especial (TCE), cujas contas foram julgadas irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com aplicação de débito ao responsável.

A variação de 98,59% na conta Ajuste para Perdas em Demais Créditos a Longo prazo é reflexo principalmente da baixa do crédito a receber determinado pelo Acórdão nº 3.0026/2024 -TCU – 2ª Câmara.

Nota 7. Ativo Imobilizado

O Imobilizado corresponde aos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade, inclusive os resultantes de operações que transferiam para a entidade os benefícios, riscos e o controle desses bens. São reconhecidos inicialmente pelo valor de aquisição, construção ou produção e, posteriormente, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação, conforme o MCASP.

Ao término do exercício de 2025, o Imobilizado do INPI registrou um saldo líquido de R\$ 59,75 milhões, sendo composto por bens móveis e imóveis. Na Tabela a seguir, é apresentada a composição do Subgrupo Imobilizado, em 31/12/2025 e em 31/12/2024, além da evolução do seu saldo nos exercícios analisados.

Tabela 7 – Imobilizado Composição

Itens	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Bens Móveis				
(+) Valor Bruto Contábil	34.368.942,99	36.171.964,50	-4,98%	51,95%
(-) Depreciação Acum. De Bens Móveis	(6.234.605,05)	(10.166.446,72)	-38,67%	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	0,00	0,00	-	
Bens Imóveis				
(+) Valor Bruto Contábil	31.794.000,00	31.794.000,00	0,00%	48,05%
(-) Depreciação Acum. de Bens Imóveis	(137.309,19)	(82.798,06)	65,84%	
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	0,00	0,00	-	
Total	59.791.028,75	57.716.719,72	3,59%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

Bens Móveis

Os Bens Móveis compreendem os bens corpóreos possuidores de existência material e que podem ser transportados sem modificação da substância ou da destinação econômico-social, bem como utilizados para a produção de outros bens ou serviços.

O controle dos bens móveis do instituto é efetuado no Sistema Integrado de Administração de Serviços (SIADS) que gerencia todas as movimentações referentes aos estoques de materiais, bens patrimoniais e serviços de transporte na administração pública e integra os seus registros com o SIAFI. No entanto, a implantação do SIADS no INPI iniciada no segundo semestre de 2020 ainda não foi finalizada em virtude da dificuldade de extração dos dados do antigo sistema responsável pelo gerenciamento das movimentações de bens móveis.

Os Bens Móveis no INPI totalizaram R\$ 34,37 milhões em 31/12/2025, correspondendo a 51,95% do total do Imobilizado. A Tabela a seguir demonstra a composição dos Bens Móveis em dezembro de 2025 e 2024.

Tabela 8 – Bens Móveis composição

Itens	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)	AV (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	1.906.533,50	2.404.725,67	-20,72%	5,55%
Bens de Informática	23.898.132,50	28.271.387,77	-15,47%	69,53%
Móveis e Utensílios	2.883.110,90	3.828.333,99	-24,69%	8,39%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	388.978,66	496.244,97	-21,62%	1,13%
Veículos	7.552,06	20.097,46	-62,42%	0,02%
Bens Móveis em Almoxarifado	2.384.115,77	0,00	100,00%	6,94%
Demais Bens Móveis	2.900.519,60	1.151.174,64	151,96%	8,44%
Total Bruto	34.368.942,99	36.171.964,50	-	100,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	(6.234.605,05)	(10.166.446,72)	-38,67%	-
Total Líquido	28.134.337,94	26.005.517,78	8,19%	

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

Pode-se também depreender da tabela acima, que os Bens de Informática detêm a maior representação dentro de Bens Móveis com 69,53%, seguido dos Demais Bens Móveis com o percentual de 8,44%, e de Móveis e Utensílios com 8,39%. A soma desses três itens corresponde a 86,36% da composição dos Bens Móveis.

Os itens que obtiveram uma variação mais expressiva foram: Demais Bens Móveis e Bens Móveis em Almoxarifado, com um acréscimo de 151,96% e 100,00%, respectivamente. A maior variação em Demais Bens Móveis foi apurada na conta de Bens Não Localizados, com um aumento de 1668,55% em virtude de uma inconsistência no SIADS apresentada durante o processo de implantação e inventário que automaticamente reclassificou os bens localizados em setor diferente do catalogado inicialmente nessa conta de Bens Não Localizados.

Com relação aos demais itens que compõem os Bens Móveis do órgão, todos sofreram quedas entre os exercícios analisados em função de reclassificações ocorridas durante o processo de inventário no SIADS, que registraram os bens localizados diferentemente dos inicialmente cadastrados, realizando lançamentos de baixas nas contas de bens móveis e debitando a conta contábil “Bens Não Localizados” no SIAFI.

Cabe ressaltar que o INPI vem atuando para sanar as ocorrências referentes às reclassificações apresentadas durante o processo de inventário no SIADS. No entanto, persistem regularizações a serem realizadas.

O item “Bens Móveis em Almoxarifado” apresentou saldo de R\$ 2,38 milhões e uma variação acentuada entre os exercícios de 2025 e 2024, devido à nova sistemática de contabilização que determina o lançamento das aquisições de bens móveis na conta contábil “Bens Móveis em Almoxarifado” e das baixas quando ocorrer a requisição do bem pela área demandante, sendo assim uma conta de natureza transitória.

No quarto trimestre de 2025, houveram ações com a finalidade de reduzir o saldo alongado na conta de Bens Móveis em Almoxarifado no INPI. Esse saldo alongado refere-se aos bens móveis que já estão sendo utilizados pelos setores requisitantes, mas os registros de reclassificação para as contas contábeis de Bens Móveis ainda estão pendentes no SIADS e no SIAFI. Para redução desse saldo alongado no SIADS e SIAFI, o Setor de Patrimônio vem abrindo vários registros de chamados junto à área de suporte do SIADS.

No que se refere à depreciação dos bens móveis, os lançamentos contábeis das quotas mensais não estão sendo realizados no SIAFI, devido à não conclusão do processo de implantação do SIADS no INPI. Ao término do quarto trimestre de 2025, a conta de depreciação acumulada registrou uma variação negativa de 38,67% em função de baixas administrativas realizadas no SIADS para ajustes de saldos nas contas de bens móveis e de outras baixas encaminhadas a essa

coordenação contábil pelo Setor de Patrimônio por meio de processos avulsos no SEI para os registros contábeis pertinentes no SIAFI.

Os procedimentos para contabilização da Reavaliação e da Redução ao Valor Recuperável dos Bens Móveis registrados no ativo no INPI, conforme preconizado na Macrofunção 020335, não estão sendo realizados sistematicamente pelo instituto, em função de pendências apresentadas no processo de implantação e inventário no SIADS.

Bens Imóveis

Os Bens Imóveis representam o solo e tudo que possa estar a ele vinculado, e que não pode ser retirado sem destruição ou danos. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição, produção ou construção, incluindo os gastos adicionais ou complementares.

O saldo de Bens Imóveis do INPI totalizou R\$ 31,79 milhões no quarto trimestre de 2025 e representa 48,05% do total do Imobilizado, conforme demonstrado na Tabela intitulada “Imobilizado – Composição”. A Tabela a seguir apresenta a composição dos Bens Imóveis do INPI, além de demonstrar a sua evolução em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Tabela 9 – Bens Imóveis – Composição

Itens	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Bens de Uso Especial	31.794.000,00	31.794.000,00	0,00%
Depreciação / Amortização Acumulada	(137.309,19)	(82.798,06)	65,84%
Total	31.656.690,81	31.711.201,94	-0,17%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

Os Bens de Uso Especial compreendem os imóveis residenciais e comerciais, edifícios ou terrenos utilizados pelos órgãos e estão registrados no Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União (SPIUnet), integrado ao SIAFI. No INPI, esses Bens de Uso Especial correspondem à totalidade do saldo de Bens Imóveis reconhecidos contabilmente no seu Balanço Patrimonial.

Destaca-se que os lançamentos de depreciação mensal relativos aos Bens Imóveis são registrados pela STN no SIAFI por meio de um arquivo encaminhado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

O saldo contábil líquido demonstra o valor atualizado dos Imóveis em dezembro de 2025, no montante de R\$ 31,66 milhões, após a depreciação pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência, no valor de R\$ 137,31 mil. A variação no período foi negativa em 0,17%, em função da depreciação acumulada no período.

Os Bens de Uso Especial no INPI estão segregados nas contas contábeis “Imóveis Residenciais e Comerciais” e “Edifícios” e apresentaram os saldos de R\$ 6,02 milhões e R\$ 25,77 milhões, respectivamente, conforme descrito na Tabela abaixo.

Tabela 10 – Bens de Uso Especial – Composição

Itens	31/12/2025	31/12/2024	AH (%)
Imóveis Residenciais e Comerciais	6.025.500,00	6.025.500,00	0,00%
Edifícios	25.768.500,00	25.768.500,00	0,00%
Total	31.794.000,00	31.794.000,00	0,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

O saldo de “Imóveis Residenciais e Comerciais” e “Edifícios” não registraram variações em 2025. O saldo da conta “Imóveis Residenciais e Comerciais” corresponde ao imóvel comercial

localizado na cidade de São Paulo (RIP Imóvel – SPIU 7107003275002) e o da conta “Edifícios” corresponde ao edifício localizado na Praça da Bandeira, cidade do Rio de Janeiro (RIP Imóvel – SPIU 6001061585000).

Com relação ao processo de reavaliação e à redução ao valor recuperável de Bens Imóveis, descritos na Portaria Conjunta STN/SPU nº 10/2023 e na Macrofunção 020335, o INPI não realizou processos dessa natureza nos Bens Imóveis durante o exercício de 2025.

NOTA 8. Ativo Intangível

O Intangível representa os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com esse propósito. Esses direitos são avaliados ou mensurados com base no seu valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada para os bens com vida útil definida, e do montante acumulado de quaisquer perdas de valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil devido à redução ao valor recuperável (“*impairment*”).

No encerramento do exercício de 2025, o Intangível do INPI registrou saldo bruto de R\$ 17,69 milhões, sendo R\$ 7,71 milhões referentes a softwares com vida útil definida e R\$ 9,99 milhões referentes a softwares com vida útil indefinida (licenças perpétuas ou com prazos indefinidos). Assim, a maior participação (56,43%) do saldo apurado é representada pelos softwares com vida útil indefinida, seguidos pelos softwares com vida útil definida, com uma participação de 43,57%, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 11 – Bens Intangíveis

Conta Contábil	Dez/2025	Dez/2024	AH%	AV%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$		
Software com Vida Útil Definida	7.708.272,56	2.888.424,43	166,87%	43,57%
Software com Vida Útil Indefinida	9.985.339,07	10.796.385,00	-7,51%	56,43%
Total	17.693.611,63	13.684.809,43	29,29%	100,00%
Amortização Acumulada	(2.982.450,09)	(2.649.006,89)	12,59%	-
Total Líquido	14.711.161,54	11.035.802,54	33,30%	-

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

Analisando a evolução do Intangível, verifica-se um aumento de 29,29% no saldo bruto (sem considerar a dedução da amortização acumulada), em função do crescimento de 166,87% na conta “Softwares com Vida Útil Definida”. Esse crescimento é resultado das aquisições no montante de R\$ 3,91 milhões registradas no período, conforme detalhamento a seguir.

1. ISINPI105 – Desenvolvimento, manutenção e controle de Software Ágil – Fornecedor MEMORA – R\$ 2,56 milhões;
2. ISINPI106 – Licenciamento de Software como serviço (SaaS) da solução tecnológica BPMS SYDLE ONE – Fornecedor LEVTY – R\$ 1,02 milhão e
3. ISINPI108 - Licenciamento do Software Avaya Space Power (50 unidades) – Fornecedor TELESUL – R\$ 329,94 mil.

Além disso, o crescimento foi resultado da reclassificação do software (ISINPI101 - 204 licenças do Windows Server Datacenter para 2 cores), no montante de R\$ 903,24 mil, de vida útil indefinida para definida, conforme parecer da área técnica do INPI.

Já a conta “Softwares com Vida Útil Indefinida” apresentou uma redução de 7,51% na comparação com o quarto trimestre de 2024, em decorrência de uma reclassificação do software

(ISINPI101 - licenças do Windows Server Datacenter para 2 cores), no valor de R\$ 903,24 mil, para a conta de “Softwares com Vida Útil Definida”, e da aquisição de R\$ 92,19 mil, referente ao desenvolvimento de software ágil (ISINPI107) durante o período analisado.

Para o cálculo da amortização, é utilizado o método linear, com base no tempo de vida útil dos bens intangíveis de vida útil definida.

A conta de amortização acumulada registrou saldo de R\$ 2.982.450,09 no quarto trimestre de 2025 e um acréscimo de 12,59% na comparação com o mesmo trimestre de 2024, devido à apropriação da amortização dos bens intangíveis.

Por fim, o INPI não submeteu a classe de ativos intangíveis dos softwares com vida útil indefinida ao teste de perda de valor, com base na NBC TSP 08, em seu item 107, devido à inexistência de um mercado ativo para essa classe de softwares, o que dificulta a mensuração do seu valor de uso, conforme relatado no parecer da área técnica de tecnologia da informação do instituto.

PASSIVO CIRCULANTE

NOTA 9. Obrigações Trabalhistas, Provisões e Assistência a Pagar a Curto Prazo

Nesse subgrupo de contas são evidenciados os registros contábeis relacionados aos pagamentos a servidores. Tais valores se referem a: salários, remunerações e benefícios; 13º a pagar; férias a pagar; benefícios assistenciais a pagar; contribuições a entidades de previdência privada; e outros.

Tabela 12 – Provisões de Curto Prazo

Conta Contábil	dez/25	dez/24	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
Pessoal a Pagar	25.206.664,15	19.889.059,24	26,74%
Benefícios Assistenciais a Pagar	199.513,55	216.251,70	-7,74%
Encargos Sociais a Pagar	1.089.786,22	203.871,88	434,54%
INSS - Contribuições sobre Salários e Remunerações	3.712,07	4.748,89	-21,83%
PSS - Contribuição sobre Vencimentos e Vantagens	3.675.480,78	—	100,00%
Encargos RPPS sobre Férias a Pagar	1.564.258,94	—	100,00%
Total	31.739.415,71	20.313.937,71	56,24%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

A variação de 56,24% em relação a dezembro de 2024 tem como origem a convocação do cadastro de reserva de novos servidores e o índice de aumento de salário das carreiras do INPI, que foi concedido pelo Governo Federal no exercício de 2025, além de mudanças nas rotinas de contabilização. O aumento de 434,54% nos Encargos Sociais a Pagar foi ocasionado pela apropriação inicial referente aos Encargos Patronais sobre Férias, competência dezembro de 2025, conforme metodologia de cálculo constante na tabela elaborada pela Secretaria do Tesouro Nacional e disponibilizada na Mensagem SIAFI Nº 2025/4008440. Em relação ao PSS, houve alteração na dinâmica de recolhimento do PSS, em harmonia com as mudanças de procedimentos da Receita Federal do Brasil envolvendo DARF NUMERADO; por isso, a partir de 2025, os recolhimentos de PSS passaram a ser feitos mais próximos da data de vencimento. Em relação aos Encargos RPPS sobre Férias a Pagar, em dezembro de 2025, ocorreu a apropriação do passivo inicial seguindo a metodologia de cálculo constante, também, na Mensagem SIAFI Nº 2025/4008440.

NOTA 10. Provisões de Curto Prazo

No final do exercício de 2019, iniciou-se o controle contábil dos valores de salários de exercícios anteriores, pendentes de pagamento. A implementação dessa medida – que deveria ser comum em todos os órgãos e entidades da Administração Pública federal – tem por objetivo evidenciar com fidedignidade a situação patrimonial do INPI.

Os valores com essa classificação são em decorrência de acertos da folha de pagamento – referentes a exercícios já encerrados – pendentes de autorização orçamentária.

Para operacionalizar tais registros, trimestralmente registra-se o saldo atualizado dos valores a serem pagos.

Até o terceiro trimestre de 2024, registrava-se somente os valores acima do limite de R\$ 5,00 mil, conforme Portaria Conjunta n.º 2, de 30 de novembro de 2012, das extintas Secretarias de Gestão Pública e de Orçamento Federal, do antigo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A partir do quarto trimestre de 2024, por recomendação da Auditoria Interna, registra-se todos os valores pendentes de pagamento a título de salários de exercícios anteriores, não se limitando apenas aos valores acima de R\$ 5,00 mil.

Os registros contábeis realizados são baseados na Macrofunção SIAFI 020336 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES. Entretanto, a referida norma é mais direcionada para os registros de ações judiciais. Sugestões foram encaminhadas à STN sobre a necessidade de uma norma para melhor operacionalizar esses registros, mas ainda não houve manifestação do órgão central de contabilidade.

É importante salientar que a existência dessas obrigações não significa que o INPI se encontra em atraso na remuneração dos seus servidores ativos e inativos, a qual é cumprida com pontualidade a cada primeiro dia útil do mês.

O exercício de 2025 terminou com um saldo salários de exercícios anteriores 36,49% menor do que o do exercício de 2024, principalmente devido a pagamentos das quantias abaixo de R\$ 5,00 mil, que antes não eram contabilmente registradas.

Na sequência, a tabela com a situação de salários a pagar de exercícios anteriores, no final do exercício de 2025.

Tabela 13 – Salários a Pagar Exercícios Anteriores

Conta Contábil	Dez/2025	Dez/2024	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
Provisão para Indenizações Trabalhistas	1.015.629,26	1.599.114,08	-36,49%
Total	1.015.629,26	1.599.114,08	-36,49%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

NOTA 11. Demais Obrigações a Curto Prazo

Essas contas contábeis referem-se a retenções e ingressos extraorçamentários como consignações, precatórios, contribuições previdenciárias, pensão alimentícia, planos de previdência complementar, depósitos e cauções, principalmente, em cumprimento à Lei de Licitações e Contratos.

Tabela 14 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Conta Contábil	Dez/2025	Dez/2024	AH%
	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	
PSSS - Vencimentos e Vantagens	2.438.702,65	0,00	-
Retenção Previdenciária - FRGPS	183.239,25	79.541,11	130,37%
IRRF Devido ao Tesouro Nacional	13.922.099,58	10.740.111,20	29,63%
Impostos e Contrib. Diversos Devidos ao Tesouro	366.686,10	386.031,00	-5,01%
Pensão Alimentícia	222.026,67	174.063,27	27,56%
Planos de Previdência e Assistência Médica	29.541,20	22.452,63	31,57%
Retenções - Empréstimos e Financiamentos	1.131.292,82	990.510,05	14,21%
Serviços de Processamento de Dados	11.433,67	9.285,28	23,14%
Previdência Complementar Servidor Pub. Federal	371.020,54	252.735,45	46,80%
Depósitos Retidos de Fornecedores	7.127,26	15.422,06	-53,79%
Glosa de Encargos Trabalhistas	388,05	0,00	-
Outros Consignatários	795.229,27	743.323,06	6,98%
Depósitos Recebidos por Determinação Judicial	6.421,42	0,00	-
Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial	0,00	10.548,11	-100,00%
Depósitos e Cauções recebidos	835,15	416,46	100,54%
Depósitos Retidos de Fornec. - Conta Vinculada	4.870.425,35	8.167.375,99	-40,37%
Depósitos de Terceiros	587.446,71	0,00	-
Indenizações, Restituições e Compensações	10.758,00	6.098,00	76,42%
Total	24.954.673,69	21.597.913,67	15,54%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Acerca do aumento de 15,54% em relação a dezembro de 2024 nesse subgrupo do Passivo Circulante, seguem os seguintes esclarecimentos.

“PSS – Vencimentos e Vantagens”: nessa conta são retidos o valor das retenções procedidas em pagamentos de regidos pela Lei nº 8.112/90 a título de Seguridade Social a ser recolhido ao Plano de Seguridade Social. A referida conta contábil terminou o exercício de 2025 com saldo em razão da mudança na sistemática de recolhimento dos federais que passou a ser de forma unificada e no mês subsequente do pagamento da folha de pessoal. Com isso, o valor de R\$ 2,44 milhões foi quitado em janeiro de 2026.

“Retenção Previdenciária - FRGPS”: registra o valor das retenções, procedidas em pagamentos de empregados regidos pela CLT ou serviços de terceiros, a ser recolhido ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS. O aumento de 130,37% em relação a 2024 se deve ao aumento do número de contratos de prestadores de serviço que estão sujeitos a esse tipo de retenção.

“Previdência Complementar Servidor Público Federal”: registra os valores das retenções procedidas em folha de pagamento a título de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargos efetivos, tendo por base a Lei nº 12.618/2012. O aumento de 46,80% em relação a dezembro de 2024 se deve a uma maior procura dos novos servidores por esse tipo previdência complementar.

“Depósitos Retidos de Fornecedores”: registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos recebidos/retidos de fornecedores em função de aplicação de multas e outras determinações. A redução de 53,79% na conta contábil “Depósitos Retidos de Fornecedores” ocorreu devido a compensação desses depósitos com créditos a receber em funções de aplicação de multas aplicadas a fornecedores/prestadores de serviços em função de descumprimento contratual. Ressalta-se que essas compensações foram autorizadas pelo ordenador de despesas.

“Glosa Encargos Trabalhistas”: registra o valor glosado das faturas dos prestadores de serviços para garantir o pagamento de férias. 13º salário e multa rescisória nos casos de dispensa sem justa causa, tendo como base legal a Resolução CNJ nº 98/2009.

“Depósitos Recebidos por Determinação Judicial”: registra os valores de obrigações decorrentes de depósitos de depósitos recebidos pela entidade por determinação judicial. O valor de R\$ 6,4 mil em dezembro de 2025, foi depositado em setembro de 2025, aguardando decisão final em sentença.

“Depósitos a Efetuar por Determinação Judicial”: o valor de R\$ 10,55 mil refere-se à quantia retida na folha de pagamento de servidor por determinação judicial e foi pago no primeiro dia útil de 2025.

“Indenizações, Restituições e Compensações”: a referida conta contábil registra as apropriações e os pagamentos das restituições de depósitos pagos pelos usuários do INPI. O valor de R\$ 10,76 mil se refere a 5 apropriações para posterior pagamento no início de 2026.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

NOTA 12. Ajustes de Exercícios anteriores

A conta contábil Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra o subgrupo Resultados Acumulados do Patrimônio Líquido.

A referida conta registrou um crescimento de R\$ 2,9 milhões no grupo “Patrimônio Líquido” em relação ao exercício de 2024, devido às incorporações de bens nos saldos das contas de bens móveis e de depreciação pelo Setor de Patrimônio no SIADS, resultante do levantamento realizado no patrimônio do INPI, e à atualização trimestral no montante de salários de exercícios anteriores.

Em dezembro de 2025 a referida conta contábil encerrou o exercício com o saldo de R\$ 2.745.981,08, um aumento de 1.578,33% em relação a 2024 em virtude de lançamentos de acerto do setor de patrimônio efetuados no SIADS, que é o sistema de controle e gestão patrimonial utilizado por todos os Órgãos e Entidades da União, com reflexo no SIAFI nas contas de bens móveis, intangíveis, amortização e depreciação acumulada com a contrapartida em ajustes de exercícios anteriores. Ocorreram também registros contábeis de salários de exercícios anteriores. com a contrapartida também da conta ajustes de exercícios anteriores.

A evolução do saldo da conta ajuste de exercícios anteriores ao longo do exercício de 2025 é demonstrada na tabela abaixo:

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Mês de Lançamento	Saldo - R\$ (Conta Contábil)
Janeiro/25	0
Fevereiro/25	0
Março/25	119.263,57
Abril/25	122.893,97
Maió/25	226.490,07
Junho/25	324.095,73
Julho/25	589.947,85
Agosto/25	589.313,87
Setembro/25	647.819,22
Outubro/25	1.259.836,85
Novembro/25	2.176.523,41
Dezembro/25	2.745.981,08

O saldo negativo de R\$ 185.748,37, de dezembro de 2024, foi ajustado diretamente pela Coordenação de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional, em janeiro de 2025, tendo o saldo transferido para a conta Superávits e Déficits do Exercício.

A movimentação devedora do exercício de 2025 foi de R\$ 2.788.799,48, e a movimentação credora foi de R\$ 5.720.529,43, o que resultou no saldo em dezembro de 2025 no valor de R\$ 2.745.981,08.

AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	
Movimentação da Conta no Exercício de 2025	
Saldo em Dez/2024	(185.748,37)
(-) Movimento Devedor	(2.788.799,48)
(+) Movimento Credor	5.720.529,43
(=) Saldo em Dez/2025	2.745.981,58

NOTA 13. Superávit Financeiro

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, o saldo ou situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio líquido, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle), conforme disposto na Lei nº 4.320/1964 no seu art. 105.

O saldo ou situação patrimonial é a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente), composto pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), formado pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante. A situação ou saldo patrimonial pode ser um montante positivo (superavitário) ou negativo (deficitário).

Ao final do exercício de 2025, o saldo ou situação patrimonial apurado foi superavitário em R\$ 3,683 bilhões em função do montante de recursos arrecadados por meio da prestação de serviços referente ao registro de ativos de propriedade intelectual (marcas, patentes, desenhos industriais, indicações geográficas, dentre outros). A tabela a seguir apresenta um comparativo do saldo patrimonial nos exercícios de 2025 e 2024.

Tabela 15 - Comparativo dos Saldos Patrimoniais 2024 e 2025

Especificação	Ativo		Especificação	Passivo	
	2025	2024		2025	2024
Ativo Financeiro	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30	Passivo Financeiro	65.949.918,08	56.940.828,56
Ativo Permanente	234.853.444,53	154.383.792,55	Passivo Permanente	3.348.010,98	1.599.114,08
			Saldo Patrimonial	3.683.480.684,63	3.051.385.436,21

Fonte: Balanço Patrimonial, 2025.

O Balanço Patrimonial também apresenta o superávit/déficit financeiro, apurado conforme o § 2º do art. 43 da Lei nº 4.320/1964, sendo a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro. O superávit financeiro ocorre quando a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro é positiva. O INPI apresentou superávits financeiros nos exercícios de 2025 e 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Tabela 16 – Comparativo dos Superávits Financeiros 2024 e 2025

Ativo			Passivo		
Especificação	2025	2024	Especificação	2025	2024
Ativo Financeiro	3.517.925.169,16	2.955.541.586,30	Passivo Financeiro	65.949.918,08	56.940.828,56
			Superávit Financeiro	3.451.975.251,08	2.898.600.757,74

Fonte: Balanço Patrimonial, 2025.

O superávit financeiro apurado no exercício de 2025 foi no montante de R\$ 3,45 bilhões e em relação ao exercício anterior variou positivamente em R\$ 553,37 milhões, devido a uma maior arrecadação na prestação de serviços referente ao registro de marcas, patentes, desenho industrial e outros, bem como o estabelecimento da dotação das despesas na Lei Orçamentária Anual em valor inferior a receita arrecadada no exercício, gerando sucessivos saldo positivos na Conta Única, que são aplicados e geram receitas patrimoniais.

O demonstrativo a seguir apresenta o superávit financeiro apurado no exercício de 2025, conforme a destinação de recursos em ordinários ou vinculados.

Tabela 17 - Demonstrativo do Superávit/Déficit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial 2025

Destinação de Recursos	Superávit/Déficit Financeiro
Recursos não vinculados	-4.344.993,26
Recursos Vinculados	3.456.320.244,34
Seguridade Social (Exceto Previdência)	0,00
Previdência Social (RPPS)	-863.976,54
Dívida Pública	0,00
Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	3.457.184.220,88
Total	3.451.975.251,08

Fonte: Balanço Patrimonial, 2025.

NOTA 14. Obrigações Contratuais – Atos Potenciais Ativos e Passivos

Em 31/12/2025, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial apresenta o saldo de R\$ 93,16 milhões relacionado a obrigações contratuais a serem executadas. O que representa uma redução de 2,66% em relação a dezembro de 2024.

A tabela a seguir apresenta as obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos:

Tabela 18 – Obrigações Contratuais

Composição	Dez/2025	Dez/2024	AH%	AV% 2025
	Saldo - R\$ (Conta Contábil)	Saldo - R\$ (Conta Contábil)		
Serviços	85.659.194,97	79.698.378,85	7,48%	91,94%
Aluguéis	279.771,90	9.832.650,68	-97,15%	0,30%
Fornecimento de Bens	7.225.883,06	6.180.650,68	16,91%	7,76%
Total	93.164.849,93	95.711.680,21	-2,66%	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

A redução de -97,15% com Aluguéis é decorrente da própria execução dos contratos vigentes. O aumento de 7,48% em serviços é decorrente da assinatura, ao longo do exercício de 2024 e 2025 de novos contratos e termos aditivos de contratos vigentes, destaque os contratos nº 12/2024, no valor de R\$ 12,47 milhões, com vigência até set/2029, contrato nº 13/2024, no valor de R\$ 6,82 milhões, com vigência até out/2029 e contrato nº 14/2024, no valor de R\$ 5,54 milhões, com vigência até set/2029. No terceiro trimestre de 2025 ocorreu a assinatura de 7 contratos, 9 termos aditivos e cinco apostilamentos, totalizando R\$ 31,41 milhões, destaque para o Contrato nº 015/2025 no valor de R\$ 16,66 milhões, com vigência de 12 meses, prorrogável por até 10 anos, cujo objeto é a contratação de serviços contínuos de apoio administrativo, a serem executados em regime de dedicação exclusiva de mão-de-obra, nas condições estabelecidas no edital. No quarto trimestre de 2025 ocorreu a assinatura de 25 contratos de prestação de serviços no valor de R\$ 625,59 mil. Foram assinados, também, 7 termos aditivos no valor de R\$ 4,51 milhões, destaques para os contratos nº 018/2024, no valor de R\$ 1,22 milhão, com vigência de 18/10/2025 a 18/10/2026, e o nº 012/2024, no valor de R\$ 2,73 milhões, com vigência de 14/11/2025 a 30/12/2026. Em relação a apostilamentos foram assinados cinco, no valor de R\$ 342,79 mil.

O valor de fornecimento de bens apresentou um aumento de 16,91%, principalmente devido à assinatura do contrato nº 018/2025, em outubro, no valor de R\$ 2,43 milhões, cujo objeto é a aquisição de equipamentos servidores de computação de alto desempenho (HPC), item 03 da ARP do Pregão nº 90016/2025, com vigência de até 60 meses a contar da data de assinatura do contrato.

As obrigações contratuais relacionadas com Serviços representam 91,94%, os Aluguéis 0,30%; e o fornecimento de bens 7,76% do total das obrigações contratuais assumidas pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial ao final de 31/12/2025.

As Garantias – atos potenciais ativos – apresentam a seguinte composição:

Tabela 19 - Atos Potenciais Ativos

Composição	Dez/2025	Dez/2024	AH%
	Saldo - R\$	Saldo - R\$	
Seguros-Garantia a Executar	3.693.276,63	2.751.227,98	34,24%
Total	3.693.276,63	2.751.227,98	34,24%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

O saldo dessa conta é composto pelo saldo da conta Seguros-Garantias a Executar, que registra as garantias previstas no artigo 56 da Lei nº 8.666/1993.

A variação da conta Seguros-Garantias a Executar foi de 34,24% e decorre do aumento no número de apólices de seguro garantia apresentadas pelos fornecedores de serviços e insumos, em função de novos contratos e termos aditivos assinados em 2025.

2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

NOTA 15. Receita Orçamentária – Execução

O INPI apresentou um excesso de arrecadação, conforme tabela consolidada, no valor de R\$ 11,08 milhões, em relação à previsão inicial da receita.

A previsão inicial de receita orçamentária foi de R\$ 872,7 milhões e a arrecadação, ao final do exercício de 2025, foi de R\$ 883,8 milhões. Em termos percentuais significa dizer que o INPI arrecadou no exercício 2025, o percentual de 101,27% em relação a previsão inicial de arrecadação.

Outro fato importante, é que no exercício de 2025, o INPI teve um aumento de 8,12%, em relação ao exercício de 2024, no que se refere a receita arrecadada, conforme evidenciado no Balanço Financeiro.

As tabelas a seguir demonstram o resultado da arrecadação consolidado e o resultado da arrecadação segregado por receitas correntes e de capital.

Tabela 20 – Excesso de Arrecadação 2025

Excesso de Arrecadação em 2025 - Consolidado (R\$)	
Receitas Correntes - Excesso	11.065.696,16
Receita De Capital - Excesso	18.189,51
Resultado Consolidado (Excesso)	11.083.885,67

Fonte: SIAFI, 2025.

Tabela 21 – Excesso de Arrecadação 2025 – Receitas Correntes

Excesso De Arrecadação em 2025 - Receitas Correntes (em R\$)					
Receitas Correntes	(1) Previsão Inicial	(2) Arrecadada	(3) = (2)-(1)	(4) = [(2)-(1)]/(1)	AV (2) %
Receita Patrimonial	305.155.707,00	251.024.359,48	-54.131.347,52	-17,74%	28,41%
Receita de Serviços	560.488.812,00	622.739.814,27	62.151.002,27	11,11%	70,47%
Outras Receitas Correntes	7.001.141,00	9.947.182,41	6.864.048,39	42,08%	1,12%
Total	872.645.660,00	883.711.356,16	11.065.696,16	1,27%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025.

Tabela 22 – Excesso de Arrecadação 2025 – Receitas de Capital

Excesso de Arrecadação em 2025 - Receitas de Capital (em R\$)					
Receitas de Capital	(1) Previsão Inicial	(2) Arrecadada	(3) = (2)-(1)	(4) = [(2)-(1)]/(1)	AV (2) %
Amortização de Empréstimos	48.568,00	66.757,51	18.159,51	37,45%	100,00%
Total	48.568,00	66.757,51	18.151,51	37,45%	100,00%

Fonte: SIAFI, 2025.

Quanto ao excesso de arrecadação das Receitas Correntes:

- A Receita Patrimonial apresentou uma insuficiência de arrecadação da ordem de -17,74% em relação à previsão inicial de receita; em termos percentuais, significa dizer que a receita arrecadada chegou a 82,23% da previsão de receita, nessa origem, para o exercício de 2025. Quando comparado ao exercício de 2024, ocorreu também, uma redução de 9,09%. A justificativa para a frustração de arrecadação nessa origem, no exercício de 2025, foi efeito da Emenda Constitucional nº 135/2024, que determinou que até dezembro de 2032, a partir do exercício de 2025, serão desvinculados 30% da arrecadação da União relativa às receitas patrimoniais já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data. Ou seja, o INPI arrecadou R\$ 358,6 milhões de receita patrimonial, repassou à União R\$ 107,6 milhões, ficando, de fato, com R\$ 251,0 milhões;
- A Receita de Serviços, que se refere à remuneração auferida pelo INPI em suas atividades finalísticas, majoritariamente marcas e patentes, apresentou um excesso de arrecadação da ordem de 11,11% em relação à previsão inicial de receita; em outras palavras, significa dizer

que chegou a 111,11% da previsão de receita para o exercício de 2025. No entanto, comparada ao exercício de 2024, ocorreu um aumento de 16,68% na arrecadação dessa origem de receita. Representa 70,47% do total das receitas correntes arrecadadas. O excesso de arrecadação da receita de serviços é proveniente, em grande medida, pelos reajustes de preços ocorridos em agosto de 2025; e

- A Receita Outras Receitas Correntes, apesar de representar apenas 1,12% do total das receitas correntes arrecadadas, apresentou um excesso de arrecadação de 42,08% em relação à previsão inicial da receita. O excesso de arrecadação de 42,08% em “Outras Receitas Correntes” teve como principal fator a espécie de receita “Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais”, que apresentou um excesso de arrecadação de 238,87% em relação à previsão inicial de receita; em outras palavras, significa dizer que chegou a 338,87% da previsão de receita para o exercício de 2025. Representa 2,31% do total de Outras Receitas Correntes arrecadadas.

NOTA 16. Despesa Orçamentária – Execução

Para o exercício de 2025, o INPI contou com uma dotação orçamentária atualizada de R\$ 502,9 milhões (desconsiderando a Reserva de Contingência). Observa-se, na tabela a seguir, que no exercício de 2025, foram executados 99,50% do orçamento atualizado, restando um saldo orçamentário de R\$ 2,54 milhões correspondente à economia orçamentária obtida, resultante da diferença entre a Dotação Atualizada e a Despesa Empenhada (desconsiderando a Reserva de Contingência por não ter sido utilizada).

Tabela 23 – Execução da Despesa Orçamentária por Categoria Econômica

Categoria Econômica Despesa	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Executado	Economia Orçamentária
3-Despesas Correntes	495.767.567,00	493.580.742,30	99,56%	2.186.824,70
4-Despesas de Capital	7.108.305,00	6.759.413,06	95,09%	348.891,94
9-Reserva de Contingência	516.245.693,00	-	-	516.245.693,00
Total	1.019.121.565,00	500.340.155,36	-	518.781.409,64
Total sem a Reserva de Contingência	502.875.872,00	500.340.155,36	99,50%	2.535.716,64

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Das despesas empenhadas por categoria econômica, as “Despesas Correntes” tiveram o maior percentual de execução (99,56%) das dotações atualizadas para o exercício de 2025, empenhando-se o montante de R\$ 493,58 milhões de um total de R\$ 495,77 milhões autorizado e atualizado para o órgão. O maior volume executado/empenhado nesta categoria econômica se justifica pelo fato de que estão computadas as despesas com pessoal, além das despesas incorridas com a manutenção das atividades do órgão, como os serviços e aquisições.

Em relação às despesas executadas na categoria econômica “Despesas de Capital”, verifica-se que o montante empenhado foi de R\$ 6,76 milhões, o correspondente a 95,09% da dotação atualizada (R\$ 7,11 milhões) para o exercício de 2025. Assim, essa categoria econômica também pode contribuir para a execução orçamentária de 99,50% apurada no órgão no exercício de 2025.

Na categoria econômica “Despesas Correntes”, o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” representa 83,46% do total da despesa empenhada no exercício de 2025, e o grupo “Outras Despesas Correntes”, com um montante empenhado de R\$ 81,63 milhões, correspondeu a 16,54% da execução das “Despesas Correntes” no exercício, conforme demonstra a Tabela a seguir.

Tabela 24 – Execução da Despesa Corrente por Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Despesas Empenhadas	AV %
Pessoal e Encargos sociais	411.951.671,52	83,46%
Outras Despesas Correntes	81.629.070,78	16,54%
Total	493.580.742,30	100,00%

Fonte: Balanço Orçamentário, 2025.

O grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” compreende despesas com vencimentos, proventos e subsídios, gratificações, aposentadorias, pensões e obrigações patronais, dentre outras despesas incidentes sobre a folha de pagamento. A Tabela abaixo detalha o grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” por elemento de despesa em relação ao valor empenhado de R\$ 411,95 milhões no exercício de 2025.

Tabela 25 – Pessoal e Encargos Sociais (Empenhado no Exercício) por Elemento de Despesa

Pessoal e Encargos sociais		
Elemento de Despesa	Despesas Empenhadas	AV (%)
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	236.906.666,75	57,51%
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	104.827.791,17	25,45%
Obrigações Patronais	44.275.140,00	10,75%
Pensões	18.549.469,47	4,50%
Demais	7.392.604,13	1,79%
Total	411.951.671,52	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Verifica-se que do total empenhado no grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” durante o exercício de 2025, o maior volume de recursos se concentrou no elemento de despesa “Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil”, com R\$ 236,90 milhões, o equivalente a 57,51% do total das despesas empenhadas nesse grupo, seguidos pelos elementos de despesa “Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas” e “Obrigações Patronais” com 25,45% e 10,75%, respectivamente.

A Tabela a seguir evidencia a composição do grupo de despesa “Outras Despesas Correntes” - categoria econômica “Despesas Correntes”, por elemento de despesa, em relação ao valor total empenhado no exercício de 2025.

Tabela 26 – Outras Despesas Correntes (Empenhado no Exercício) por Elemento de Despesa

Outras Despesas Correntes		
Elemento de Despesa	Despesas Empenhadas	AV %
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op. Int. Orc.	18.700.792,58	22,91%
Locação de Mão de Obra	16.978.593,36	20,80%
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	16.672.773,54	20,42%
Demais	29.276.911,30	35,87%
Total	81.629.070,78	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Da análise vertical (AV) da tabela acima, verifica-se que os elementos de despesa “Outros Serviços de Terceiros PJ – OP.INT.ORC.”, “Locação de Mão de Obra” e “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ”, concentraram 64,13% do total empenhado no grupo “Outras Despesas Correntes” no exercício de 2025, com destaque para “Outros Serviços de Terceiros PJ–OP.INT.ORC.” com 22,91% do total. Esses elementos de despesa estão associados aos gastos incorridos pelo órgão para a operação e manutenção das suas atividades.

No elemento de despesa ““Outros Serviços de Terceiros PJ – OP.INT.ORC.”, as naturezas de despesa “Locação de Imóveis” e “Condomínios” registraram juntas um montante empenhado de R\$ 15,14 milhões, sendo assim responsáveis por 80,97% do total empenhado de R\$ 18,70 milhões nesse elemento de despesa no exercício de 2025.

Com relação ao elemento de despesa “Locação de Mão de Obra”, a natureza de despesa “Apoio Administrativo, Técnico e Operacional”, referente ao gasto com mão de obra de apoio administrativo, técnico e operacional alocada nas diversas áreas do INPI, obteve o maior montante empenhado (R\$ 15,76 milhões), o correspondente a 92,83% do total empenhado de R\$ 16,98 milhões no exercício de 2025.

Ainda com relação à análise do grupo “Outras Despesas Correntes”, o elemento de despesa “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - PJ” apresentou um montante empenhado de R\$ 16,68 milhões, sendo as naturezas de despesa “Suporte de Infraestrutura de TIC”, “Serviços Técnicos Profissionais de TIC” e “Locação de Softwares” as mais representativas no exercício de 2025, com um total empenhado de R\$ 13,27 milhões no âmbito do INPI. Essas naturezas de despesa representam os gastos destinados ao desenvolvimento tecnológico do Instituto.

O montante empenhado na categoria econômica “Despesas de Capital”, no exercício de 2025, ficou a cargo do grupo “Investimentos”, no total de R\$ 6,76 milhões, o que correspondeu a 100,00% do total da despesa empenhada no exercício. A Tabela abaixo, apresenta a composição do grupo “Investimentos” por elemento de despesa em relação ao seu total empenhado no exercício de 2025.

Tabela 27 – Investimentos (Empenhado no Exercício) por Elemento de Despesa

Investimentos		AV %
Elemento de Despesa	Despesas Empenhadas	
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	4.258.189,12	62,99%
Equipamentos e Material Permanente	2.500.865,71	37,00%
Despesas de Exercícios Anteriores	358,23	0,01%
Total	6.759.413,06	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Pode-se depreender da Tabela acima, que o elemento de despesa “Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ” concentrou o maior volume de recursos, com R\$ 4,26 milhões, o correspondente a 62,99% do total das despesas empenhadas no grupo de “Despesas de Capital”. Os investimentos em tecnologia da informação demonstram a continuidade da modernização do INPI.

NOTA 17. Execução de Restos a Pagar – (RP)

Ao término do exercício de 2025, o saldo de RP inscrito em exercícios anteriores foi no valor de R\$ 472,6 mil no âmbito do INPI. O índice de execução consolidado de restos a pagar inscritos em exercícios anteriores a 2025 foi de 99,02%, conforme demonstrado na Tabela abaixo.

Tabela 28 – Execução dos Restos a Pagar – 2025

Natureza do RP	Inscritos *	Pagos	Cancelados	Saldo	Índice de Execução
RP não Processados	14.479.014,27	12.101.674,65	1.911.698,30	465.641,32	96,78%
RP Processados e não Processados Liquidados	33.737.954,93	33.730.904,05		7.050,88	99,98%
Total	48.216.969,20	45.832.578,70	1.911.698,30	472.692,20	99,02%

Fonte: Balanço Orçamentário, 2025.

*Somatório das colunas “Inscritos em Exercícios Anteriores” e “Inscritos em 31 de dezembro do Exercício Anterior”, Anexos 1 e 2 - Demonstrativo de Execução de Restos a Pagar, do Balanço Orçamentário.

Verifica-se que, do total de R\$ 48,2 milhões inscritos em RP Não Processados e RP Processados/Não Processados Liquidados, cerca de R\$ 45,8 milhões foram pagos no exercício de 2025. Do montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados ao final do exercício anterior (R\$ 14,4 milhões), R\$ 12,1 milhões foram pagos e R\$ 1,9 milhão foi cancelado no exercício de 2025, o que correspondeu a um índice de execução de 96,78% do total inscrito em 31 de dezembro de 2024.

Em relação aos Restos a Pagar Processados/Não Processados Liquidados cerca 99,98% foram pagos e nenhum cancelado, restando um saldo de apenas R\$ 7,05 mil a ser reinscrito e executado em 2026. Assim, o índice de execução de restos a pagar foi de 99,02%, superior ao apurado no exercício de 2024, em virtude do trabalho de conscientização junto aos gestores/fiscais de contrato sobre a pertinência da manutenção dos saldos inscritos em RP.

No exercício de 2025, os valores inscritos em Restos a Pagar apresentaram um aumento de 26,17% em comparação com os inscritos no exercício de 2024, sobretudo no grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” com um acréscimo de 52,33%, referente às despesas com salários,

benefícios, aposentadorias, pensões e encargos da folha de pagamento liquidadas no último dia do exercício de 2025 e pagas no primeiro dia útil de 2026, conforme evidenciado na Tabela a seguir.

Tabela 29 – Restos a Pagar Inscritos no Exercício por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	2025	2024	AH%
Pessoal e Encargos Sociais	48.864.676,43	32.077.403,55	52,33%
Outras Despesas Correntes	7.866.450,56	11.591.976,56	-32,14%
Investimentos	3.270.212,26	3.885.714,41	-15,84%
Total	60.001.339,25	47.555.094,52	26,17%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025 e 2024.

Os Restos a Pagar Processados (RPP), inscritos ao final do exercício de 2024, totalizaram o montante de R\$ 33,7 milhões, sendo que, deste total, cerca de 94,6% referem-se aos salários, benefícios, aposentadorias, pensões e encargos da folha de pagamento, 5,3% correspondem a Outras Despesas Correntes; e 0,01% são relativos aos investimentos. A tabela a seguir detalha as despesas inscritas em Restos a Pagar Processados por grupo de despesa.

Tabela 30 – Inscrição em RP Processados – Por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Despesa Orçamentária		Inscrito em Restos a Pagar Processados	AV%
	Liquidada	Paga		
Pessoal e Encargos Sociais	409.659.753,64	363.086.995,09	46.572.758,55	95,28%
Outras Despesas Correntes	75.958.246,41	73.762.620,22	2.195.626,19	4,49%
Investimentos	3.599.510,55	3.489.200,80	110.309,75	0,23%
Total	489.217.510,60	440.338.816,11	48.878.694,49	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Em relação aos demais grupos de despesa “Outras Despesas Correntes” e “Investimentos”, apenas 4,49% e 0,23%, respectivamente, foram inscritos em Restos a Pagar Processados” no término do exercício de 2025. O grupo de despesa “Investimentos” foi o menos representativo, porque, do montante de despesa liquidada de R\$ 3,5 milhões, cerca de R\$ 3,4 milhões foi pago no exercício; praticamente todo o montante de despesa liquidada foi pago, restando apenas um saldo de R\$ 110,3 mil a ser inscrito em Restos a Pagar Processados.

A Tabela abaixo apresenta as despesas empenhadas, liquidadas e o saldo inscrito em Restos a Pagar Não Processados por grupo de despesa ao final do exercício de 2025.

Tabela 31 – Inscrição em RP Não Processados – Por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Despesa Orçamentária		Inscrito em Restos a Pagar não Processados	AV%
	Empenhada	Liquidada		
Pessoal e Encargos Sociais	411.951.671,52	409.659.753,64	2.291.917,88	20,61%
Outras Despesas Correntes	81.629.070,78	75.958.246,41	5.670.824,37	50,98%
Investimentos	6.759.413,06	3.599.510,55	3.159.902,51	28,41%
Total	500.340.155,36	489.217.510,60	11.122.644,76	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Durante o exercício de 2025, foram inscritos cerca de R\$ 11,1 milhões em Restos a Pagar Não Processados, sendo o grupo de despesa “Outras Despesas Correntes” o que registrou o maior percentual de participação com 50,98%, seguido pelo grupo “Investimentos” com 28,41% e “Pessoal e Encargos Sociais” com 20,61%.

Tabela 32 – Inscrição em RP Não Processados – Por Grupo de Despesa

Grupo de Despesa	Natureza de Despesa	Inscrito em Restos a Pagar não Processados	AV%
Outras Despesas Correntes	33903701 - Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	1.988.982,68	35,07%
	33914712 - Contribuição p/ o PIS/PASEP	840.057,00	14,81%
	Demais	2.841.784,69	50,12%
Total		5.670.824,37	100,00%
Investimentos	44904001 - Desenvolvimento de Software	726.628,72	23,00%
	44905212 - Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.551,79	0,11%
	44905243 - Equipamentos de TIC – Servidores/Storage	2.429.722,00	76,89%
Total		3.159.902,51	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial, 2025.

Observa-se que no grupo “Outras Despesas Correntes”, as naturezas de despesa “Apoio Administrativo, Técnico e Operacional” e “Contribuição p/ o PIS/PASEP” foram as mais expressivas, representando 49,88% de todo o valor de R\$ 5,6 milhões inscrito em Restos a Pagar Não Processados. Já no grupo de despesa “Investimentos”, destacam-se as naturezas de despesa “Equipamentos de TIC – Servidores/Storage” e “Desenvolvimento de Software” com uma participação total de 99,89% no saldo de Restos a Pagar Não Processados inscritos no exercício de 2025. No grupo de despesa “Pessoal e Encargos Sociais” que detém a menor participação no total inscrito em Restos a Pagar Não Processados, a natureza de despesa “Vencimentos e Salários” representa 45,41%, seguidas pela “Contribuição Patronal para o RPPS” com 29,22% e “Pessoal Requisitado de outros Órgãos da APF” com 15,42% no total de R\$ 2,2 milhões inscrito.

3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

NOTA 18. Resultado Financeiro

O resultado financeiro é obtido mediante o confronto entre os ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários), que ocorreram no exercício e alteraram as disponibilidades do INPI. Pode-se observar na tabela a seguir que o resultado financeiro obtido pelo INPI aumentou em 32,40% em relação ao exercício de 2024, devido principalmente ao aumento da arrecadação e das transferências financeiras recebidas ao longo do exercício de 2025.

Tabela 33 – Detalhamento do Resultado Financeiro 2024 e 2025

Detalhamento	Dez/2025	Dez/2024	AH%
Receitas Orçamentárias	883.778.113,67	817.428.107,57	8,12%
(+) Transferências Financeiras Recebidas	801.447.380,00	562.418.840,08	42,50%
(+) Recebimentos Extraorçamentários	69.632.664,26	60.689.808,03	14,74%
(-) Despesas Orçamentárias	500.340.155,36	419.743.239,03	19,20%
(-) Transferências Financeiras Concedidas	633.419.521,37	543.274.606,34	16,59%
(-) Pagamentos Extraorçamentários	58.744.898,34	52.768.713,10	11,33%
(=) Resultado Financeiro do Exercício	562.353.582,86	424.750.197,21	32,40%

Fonte: SIAFI, 2025.

A variação de 42,50% no item “Transferência Financeiras Recebidas” tem como origem o aumento no Repasse Recebido, da ordem de 1420%, a partir de abril de 2025, que em função da LOA 2025, previu o pagamento da folha de servidores ativos e inativos para a fonte 100 - Recursos Livres da União e para a fonte 105 – Benefícios RPPS da União, repassando o valor de R\$ 77,8 milhões e 90,3 milhões, respectivamente.

O resultado financeiro também é obtido através da geração líquida de caixa na Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), ou da diferença, no Balanço Financeiro, entre o “Saldo para o Exercício Seguinte” e o “Saldo do Exercício Anterior”.

4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

NOTA 19. Geração Líquida de Caixa

A Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC) possibilita avaliar como uma entidade obteve recursos para financiar suas atividades e a forma como estes foram aplicados. A DFC apresenta os fluxos de caixa do exercício financeiro classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa por atividades do INPI nos exercícios de 2024 e 2025.

Tabela 34 – Geração Líquida de Caixa 2024 e 2025

Fluxos de Caixa das Atividades	2025	2024	AH (%)
Operacionais	569.620.523,12	436.174.855,52	30,59%
Investimentos	-7.236.940,26	-11.424.658,31	-36,66%
Financiamentos	0,00	0,00	0,00%
Geração Líquida de Caixa	562.383.582,86	424.750.197,21	32,40%

Fonte: SIAFI, 2025.

Pode-se verificar que a geração líquida de caixa sofreu um aumento de 32,40% no exercício de 2025 em relação ao de 2024, em virtude do aumento de recursos gerados pelas atividades operacionais, com destaque para o ingresso proveniente de Transferências Financeiras Recebidas, que saltou de R\$ 562 milhões em 2024 para R\$ 801 milhões no exercício de 2025.

O item “Transferências Financeiras Recebidas” apresentou um aumento de 42,52% no período e registrou a maior participação no total de ingressos provenientes das atividades operacionais com 47,29%, seguido pelo item “Receita de Serviços”, com 36,74%.

Em relação aos fluxos de caixa das atividades de investimento, o volume de desembolsos superou o de ingressos no exercício de 2025, resultando em uma geração líquida de caixa negativa de R\$ 7,23 milhões, o que corresponde a uma variação de 36,66% em relação ao exercício de 2024. Essa variação ocorreu em função da aquisição de ativo não circulante e outros desembolsos de investimentos (principalmente em equipamentos de tecnologia da informação e comunicação e desenvolvimento, implantação e manutenção de softwares), no valor total de R\$ 7,30 milhões.

5. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

NOTA 20. Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) e Aumentativas (VPA)

Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD's) são os decréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de saída de recurso ou diminuição do ativo ou acréscimo no passivo, que resulte em uma redução do patrimônio líquido. Dessa maneira, são as despesas efetivas que podem modificar o resultado patrimonial da entidade.

A Tabela seguinte detalha a composição por itens das “Variações Patrimoniais Diminutivas” nos exercícios de 2025 e 2024 no contexto do INPI.

Tabela 35 - Variações Patrimoniais Diminutivas

Variações Patrimoniais Diminutivas	2025	2024	Composição	Variação	
			AV %	AH %	R\$
Pessoal e Encargos	299.004.556,65	240.794.310,23	25,77%	24,17%	58.210.246,42
Benefícios Previd. e assistenciais	126.592.956,99	110.250.970,71	10,91%	14,82%	16.341.986,28
Uso de Bens, Serv. e Consumo de Capital Fixo	59.548.045,42	51.081.120,81	5,13%	16,58%	8.466.924,61
VPD's Financeiras	107.511,30	1.735,00	0,01%	6096,62%	105.776,30
Transf. e Delegações Concedidas	633.983.486,69	543.306.735,79	54,63%	16,69%	90.676.750,90
Desvaloriz. e Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	31.403.529,52	7.471.420,70	2,71%	320,32%	23.932.108,82
Tributárias	8.938.447,91	8.605.081,14	0,77%	3,87%	333.366,77
Outras VPD's	829.504,86	273.060,12	0,07%	203,78%	556.444,74
Total	1.160.408.039,34	961.784.434,50	100,00%	20,65%	198.623.604,84

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial.

Ao final do exercício de 2025, as “Variações Patrimoniais Diminutivas” no âmbito do INPI totalizaram um saldo de R\$ 1,1 bilhão, sendo 54,63% representadas pelas “Transferências e Delegações Concedidas”, 25,77% referentes às despesas com Pessoal (ativo, aposentados e pensionistas) e Encargos Sociais, e 10,91% correspondentes aos Benefícios Previdenciários e Assistenciais. Essas três variações somam 91,31% de participação em relação ao total registrado no exercício de 2025, sendo consideradas as mais representativas.

Na tabela anterior, pode-se verificar que as Variações Patrimoniais registraram um crescimento de 20,65% em relação ao exercício de 2024, o correspondente a R\$ 198,6 milhões (passando de R\$ 961,7 milhões para R\$ 1,1 bilhão). O item “Pessoal e Encargos” apresentou o segundo maior montante e um aumento de 24,17% em função do reajuste linear de 9% para todos os servidores federais, conforme a Lei Nº 15.141/2025, do ingresso de novos servidores provenientes do cadastro de reserva do concurso realizado em 2023/2024 e do reajuste na rubrica de auxílio alimentação efetivado pela Medida Provisória Nº 9.888/2025.

O item “Transferências e Delegações Concedidas” apresentou o maior montante com um acréscimo de 16,69%, o equivalente a R\$ 90,6 milhões de 2024 para o exercício de 2025. No INPI, este item engloba as Transferências Intragovernamentais Concedidas, as Transferências a Instituições Privadas e as Outras Transferências e Delegações, referentes ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intragovernamentais, transferências a instituições privadas e transferências intergovernamentais.

O terceiro maior montante refere-se ao item “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” que registrou um crescimento de 14,82% no período, devido ao aumento dos gastos com aposentadoria e pensões civis no INPI entre os exercícios de 2024 e 2025.

Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA's) são os acréscimos no benefício econômico durante o período contábil sob a forma de entrada de recurso, aumento de ativo ou diminuição no passivo, que resulte em um crescimento do patrimônio líquido. Dessa maneira, são as receitas efetivas que podem modificar o resultado patrimonial da entidade.

A Tabela seguinte detalha a composição por itens das “Variações Patrimoniais Aumentativas” nos exercícios de 2025 e 2024 no contexto do INPI.

Tabela 36 – Variações Patrimoniais Aumentativas

Variações Patrimoniais Aumentativas	2025	2024	AV%	Variação	
				AH %	R\$
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	622.696.738,88	533.725.786,35	34,85%	16,67%	88.970.952,53
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	331.125.297,81	277.971.545,97	18,53%	19,12%	53.153.751,84
Transf. e Delegações Recebidas	801.477.380,00	562.418.840,08	44,86%	42,51%	239.058.539,92
Valoriz. e ganhos c/ Ativos e Desincorp. de Passivos	3.461.715,57	1.143.973,29	0,19%	202,60%	2.317.742,28
Outras VPA's	27.793.856,60	5.188.640,06	1,56%	435,67%	22.605.216,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	142,00		-100,00%	-142,00
Total	1.786.554.988,86	1.380.448.927,75	100,00%	29,42%	406.106.061,11

Fonte: SIAFI 2025.

No INPI, em 2025, em torno de 44,86% de toda a VPA foi decorrente de Transferências e Delegações Recebidas, que são transferências intragovernamentais repassadas pela STN. No quarto trimestre de 2025, as Transferências e Delegações Recebidas registraram um crescimento de 42,51% quando comparado com o mesmo trimestre de 2024.

Outra VPA que apresentou montante expressivo foi a Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos, com uma participação de 34,85% no total das VPA's ao fim do quarto trimestre de 2025. Essa VPA apresentou um acréscimo de 16,67% entre os exercícios de 2024 e 2025, devido ao crescimento nos recebimentos referentes aos serviços de concessão de propriedade industrial prestados pelo INPI.

As Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras representaram 18,53% de toda a VPA apurada ao final do exercício de 2025, sendo o terceiro maior montante das receitas auferidas pelo INPI. Na comparação com o quarto trimestre de 2024, as Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras registraram um crescimento de 19,12% no quarto trimestre de 2025, em função do aumento dos rendimentos das aplicações da Conta Única da União. Assim, as VPA's apuraram um crescimento de 29,42% entre os exercícios de 2024 e 2025, com quase todas as rubricas apresentando crescimento no quarto trimestre de 2025, com exceção das Variações – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria, que teve um decréscimo de 100,00%,